

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ANELY MARMITT

**O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESTAGOIÁRIA NAS DIMENSÕES TÉCNICO-
OPERATIVA, ÉTICO POLÍTICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Porto Alegre
2016

ANELY MARMITT

**O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES
A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA ESTAGOIÁRIA NAS DIMENSÕES TÉCNICO-
OPERATIVA, ÉTICO POLÍTICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como pré-requisito para conclusão do curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Professora Dra. Tatiana Reidel.

Porto Alegre

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Syla e Volmir, todo o ensinamento, esforço e dedicação que tiveram neste longos anos de minha formação, acompanhando cada loucura e indecisão profissional, mas agora podem ter certeza, estou na profissão certa! Obrigada por todos os dias, mesmo sem dizer, me ensinarem o verdadeiro significado do amor, amo muito vocês!

Agradeço ao meu irmão Gabryel, por estar sempre ao meu lado, sendo meu parceiro, meu amigo, obrigada por tudo! Agradeço minha irmã, primeiro por ter me dado mais dois amores e o enorme prazer em ser tia, Sophia e Stella, a tia ama vocês e em segundo por ter me apresentado ao Serviço Social de maneira tão extraordinária

Obrigada meus amados padrinhos, por todo o apoio que me proporcionaram durante minha vida, mas principalmente no final desta trajetória, quando tudo parecia muito mais difícil.

Agradeço meus avós, Anamaria e Wilson que por mais que não estejam ao meu lado neste momento tão especial, me apoiaram e acreditaram em mim! Amo vocês!

Obrigada vó Elba, por me mostrar o quanto mesmo em frente a tantas dificuldades podemos rir, fazer palhaçadas e discursar, sei o quanto esta sendo forte nesta nova etapa da sua vida, quero que saiba que me orgulho muito de ti! Te amo!

Obrigada queridas colegas de lutas, de história e de formatura, vocês são nota mil! Sem vocês nada faria sentido.

Aos(as) colegas de curso, agradeço pelas trocas e pelo carinho! Muitos momentos junto de vocês levarei comigo tanto pra minha atuação profissional quanto pra minha vida pessoal.

Aos professores, meu imenso agradecimento e reconhecimento pelo trabalho que exercem! Em especial, gostaria de agradecer as professoras Rosa e Mailiz, que conseguem, até mesmo em uma aula expositiva, externalizar todo o amor pela profissão e pelas lutas sociais, obrigada por me mostrarem esta paixão, esta força, esta possibilidade de mudança!

Obrigada querido paraninfo, que me acompanha desde o início desta caminhada, e as queridas homenageadas Dolores e Rosa por terem aceitado o convite e por estarem conosco neste lindo e inesquecível fechamento!

Querida professora Alzira, te agradeço por toda a acolhida, ainda no início da faculdade, me acolhestes no teu projeto de extensão InterSossego, ao qual devo muito da profissional

que me tornei. Agradeço a todos e todas moradores da Comunidade Sossego! E você, Alzira, sabes o quanto lhe admiro pela garra de ir atrás de seus sonhos, e pela profissional que és.

Taty, minha amada professora, supervisora, coordenadora, tutora de monitoria, orientadora e amiga, te agradeço por tudo, principalmente pelos puxões de orelha e pelo colo! Sabes do enorme sentimento que tenho por ti, obrigada por ter me ensinado, por ter me acolhido e me dado força quando nem eu mais acreditava.

Agradeço ao projeto de extensão Despertar pelas trocas oportunizadas e ao trabalho em equipe. Agradeço aos(as) moradores da Comunidade São Pedro, comunidade esta que tive o prazer de trabalhar como extensionista durante dois anos e meio! Vocês são visíveis sim, vocês tem qualidades sim, vocês lutam pelos seus direitos sim! E eu pude vivenciar com tanta intensidade cada momento de luta, de dor, de amor que vocês tiveram neste período! Obrigada, vocês me ensinaram tanto, e este aprendizado nenhum(a) professor(a) teria como me passar.

Agradeço aos serviços que estiveram junto nessa luta pela garantia do acesso aos direitos tanto da São Pedro como da Sossego, obrigada, por me mostrarem que mesmo numa política engessada sempre temos possibilidades de mudanças!

Agradeço aos(as) minhas colegas extensionistas e pesquisadores(as) pelos aprendizados interdisciplinares e pelas trocas de conhecimento acadêmicos e políticos!

Agradeço as supervisoras de campo Betina, Lúcia e Graça, com certeza aprendi muito com vocês! Obrigada por me acolherem, aguentarem minhas loucuras e meu querer abraçar e mudar o mundo! Obrigada a equipe do Programa de Transplante Hepático Infantil, que estiveram ao meu lado, aprendendo e me ensinando a trabalhar numa equipe interdisciplinar! Obrigada a todos os pacientes que pude acompanhar no processo de estágio, entre a vida e a morte, estivemos juntos, obrigada por terem me ensinado a ter esperança e força para viver!

Minhas queridas colegas estagiárias, agradeço pela troca de saberes e de realidades tão distintas do fazer profissional.

Agradeço a minhas amadas colegas, Dani e Isadora que passaram ao meu lado os períodos mais difíceis e felizes da graduação! Em especial um MUITO OBRIGADA, a minha querida Eliana, nossa, sem você, o que seria de mim? Amo vocês, já assistentes sociais!

Agradeço a Fabiane, amiga, companheira, confidente e quem me deu mais dois amores, Kharol e Ramon. Obrigada por fazerem parte da minha vida!

Agradeço a Jenne e Douglas, por também me proporcionarem viver novamente o prazer de ser dinda! Bernardo, a dinda te ama!

Agradeço a Ruth, que me fez, mesmo tão nova sentir um amor tão grande por uma criança, Bernardo, a dinda te ama muito, mesmo estando longe no momento!

Agradeço a Escola Municipal Vila Neópolis, ao Colégio Agrícola Estadual Daniel Oliveira Paiva, ao SENAI Artes Gráficas e a Escola Marechal Mascarenhas de Moraes, minha formação não iniciou na UFRGS, iniciou sim, com vocês!

Agradeço ao Pirueta Festas e a ZumZum Festas pela acolhida, quando decidi focar na faculdade e necessitava trabalhar! Hoje posso dizer que além de trabalho, tenho mais uma família!

Agradeço ao Dimi, pelos xingões e por me mandar focar nos estudos. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos que mais precisei, até mesmo aqueles virando a madrugada como este.

Agradeço a todos que de alguma forma participaram desta caminhada que entre amor e ódio, consigo completar!

E por fim, em tempos tão difíceis, não podia deixar de agradecer todos aqueles que lutam pela democracia, pela liberdade e pela justiça social! TEMER, JAMAIS!

“Que a gente não desista de tentar, arriscar, desejar. E que permaneça acreditando na ternura e alegria, mesmo quando tudo é só ventania.

E que não nos falte coragem, pois desejar o que se quer e saber o que devemos atrair não é tão simples como deveria ser.

Que haja sabedoria e humildade. Alegria e coragem. E que não nos falte ânimo para superar os desejos frustrados e as mudanças de rota, partes do processo lindo que é simplesmente viver...”

Fabíola Simões

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda um tema que é de primordial importância para o Serviço Social em um momento em que se busca a excelência do profissional com base na sua formação. Dessa forma, este trabalho propõe a partir do debate interno analisar o processo de estágio vinculado ao plano de estágio curricular obrigatório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Destaca o estágio como etapa formativa com valores inerentes as Diretrizes Curriculares subentendendo para seu eficaz aproveitamento respostas competentes aos desafios acadêmicos. Entende-se que no período de estágio curricular obrigatório, a teoria e a prática devem estar presentes em todo o processo de formação do assistente social, porquanto se torna intrínseca e se configura em sua intensa vivência. Neste processo é indispensável a indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A pergunta que se faz é se esta condição é possível de vivenciar a partir da realidade posta nas instituições e universidades. Esta questão é a orientadora desta produção e consiste na reflexão sobre esta realidade e na busca por respostas e caminhos que viabilizem este processo. O primeiro movimento proposto para discussão do tema será o resgate histórico da formação em Serviço Social com foco no processo de estágio curricular obrigatório, as regulamentações até então conquistadas pela categoria profissional, bem como as reflexões advindas deste processo. No segundo capítulo, tratar-se-á o estágio curricular obrigatório no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e os desassossegos vivenciados neste período. Por fim, será apresentada uma pesquisa teórica sobre a produção científica destinada à categoria a partir do eixo de formação para assunto estágio e publicada em anais de eventos, bem como Teses e Dissertações produzidas e disponíveis na plataforma eletrônica da PUCSP e da PUCRS. Complementa este capítulo a análise crítica da pesquisa realizada pela autora a partir da base de dados. Os resultados dessa análise demonstram que a discussão sobre o tema tanto na produção de artigos quanto na de Teses e Dissertações, ainda não revela a indispensável problematização da formação e do estágio enquanto instrumento de formação frente as demandas de uma sociedade capitalista. Em conclusão infere-se à necessidade de formação que parta da perspectiva social crítica e a conformação de profissionais que atuem com direcionamento ético-político, mesmo que se observe a diversidade nas modalidades de formação ou o caráter precário do trabalho e do ensino em Serviço Social, pois a capacidade de elucidação do real confere ao profissional a capacidade diferenciada de propor alternativas que garantam o acesso aos direitos a todos os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Formação Profissional. Estágio Curricular.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 BREVE RESGATE HISTÓRICO SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E CONCEPÇÕES.....	11
1.1 A diretriz que orienta o estágio obrigatório na atualidade.....	17
1.2 A perspectiva da formação na atualidade: o lugar e a importância do estágio curricular obrigatório em Serviço Social	20
2 O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA UFRGS: REFLEXÕES E INQUIETAÇÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO.....	25
2.1 Vivência do estágio curricular obrigatório: possibilidades vividas e desassossegos que não se findam com o estágio III.....	34
3 AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO- POLÍTICA E SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL.....	42
3.1 Reflexões sobre a indissociabilidade das dimensões no estágio a partir de breve análise das produções teóricas do Serviço Social.....	46
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de uma intensa jornada acadêmica que propiciou a imersão da estudante num campo de vivências e experiências profissionais, através do estágio curricular obrigatório. A imersão dirigida como estratégia curricular objetiva a interlocução entre os campos formativos representados pelo assistente social em seu espaço de trabalho, o(a) profissional e educador(a) em sua instituição de ensino superior e o(a) estudante vinculado(a) a instituição de ensino. O estágio determina ao acadêmico, entre outras atividades, o exercício dos princípios teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político do Serviço Social na relação às demandas instituídas no espaço sócio-ocupacional e se caracteriza pela problematização do contexto onde está inserido com base na teoria social crítica. O trabalho dessa maneira busca refletir sobre as tensões e desafios que o estágio ocasiona a tarefa de formação profissional a partir da própria experiência da autora em um campo de estágio. Entende-se que o tema é fundamental para o aprimoramento da formação em Serviço Social em tempos de recrudescimento das mazelas sociais provocadas pelo capital em crise.

A discussão perpassa a história do Serviço Social ao indicar as inúmeras modificações vistas ao longo da sua trajetória no Brasil até tornar-se a profissão como a entendemos atualmente. Desde sua origem até atualidade, desafiado pelas mudanças econômicas e políticas provocadas pelo modo de produzir do capital, o Serviço Social persegue o amadurecimento como categoria. Após inúmeros embates e rompimentos com os princípios fundadores de sua atuação, por fim elabora uma identidade profissional que aliada a classe trabalhadora a conduz por um projeto ético-político cujos princípios orientados pelo Código de Ética elege a liberdade como princípio fundamental. A mudança de paradigma que modulou a profissão a concepção social crítica, remete as reformulações curriculares essenciais a formação profissional onde o estágio curricular obrigatório assume papel primordial para que o(a) estudante consiga vivenciar atuação do(a) assistente social em seu espaço sócio-institucional.

Para tanto, no Capítulo I, detém-se neste breve resgate histórico da formação em Serviço Social, com ênfase no estágio curricular obrigatório, trazendo as mudanças ocorridas neste processo frente as demandas advindas da sociedade e da profissão. Refere a gênese do Serviço Social e seu caráter de apostolado, a profissão que principia sua atuação nas bases da Igreja Católica e os propósitos do estágio que se constituía em treinamento prático amparado

na vocação. Logo a formação até meados da década de 1940, supunha o aprendizado pragmático e instrumentalista. Com a regulamentação da profissão em 1953 e sob a influência do Serviço Social norte-americano, a formação profissional assume o teor conservador da teoria positivista adotando métodos tecnificados em abordagens funcionalistas. Descreve ainda o movimento de ruptura da categoria com os preceitos conservadores que envolviam a teoria e a prática profissional e o longo caminho para estabelecer novos parâmetros teóricos metodológicos e alterar a perspectiva de formação com base na teoria social crítica. O surgimento dos pilares de sustentação do novo Projeto Profissional (o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996) revela na discussão deste trabalho o impacto ocorrido na formação e nos processos de estágio a partir de sua implementação.

Nesta perspectiva, apresenta-se no debate a formação de um perfil profissional que consiga vivenciar a articulação da teoria e da prática, bem como respeite a indissociabilidade das três dimensões da competência profissional: a dimensão teórico-metodológica; ético-política; e técnica-operativa. Neste sentido, para atingir estes objetivos é necessário que no período de formação sejam oportunizados aos(as) estudantes espaços para que possam ter contato com estas realidades. Com base neste entendimento revela o estágio curricular obrigatório em Serviço Social como espaço de vivência de aplicação das três dimensões da competência profissional do Serviço Social. Esta condição é discutida frente à precarização do trabalho e do ensino superior que, no entendimento atual, extrapola o caráter de aprendizagem e formação profissional em detrimento de uma condição mais econômica de contratação de mão de obra. Neste contexto, o(a) estagiário(a) vivencia as inúmeras particularidades e relações existentes no meio profissional, somando-se às demandas advindas dos usuários, da instituição e ainda da universidade.

Já no segundo capítulo explicita como é organizado o estágio curricular em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como o processo vivenciado a partir da realização do estágio curricular obrigatório no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Relata a experiência de formação do seu ponto inicial as características e exigências curriculares e acadêmicas entendidas pela instituição de ensino como as ideais para promover a excelência na formação. Em destaque o alinhamento da universidade às Diretrizes Curriculares, os objetivos pedagógicos de cada etapa de estágio e a preocupação com o desenvolvimento de padrões de aprendizado condizentes com a orientação curricular entre o profissional do campo sócio-ocupacional e a universidade através de um curso de

aperfeiçoamento destinado a supervisores de campo. A experiência de estágio vivida pela autora deste trabalho se apresenta detalhada a seguir e se compõe das impressões críticas teóricas sobre os processos institucionais e profissionais no campo sócio-ocupacional. Avalia as diferentes compreensões dos objetivos e práticas de estágio.

Já no terceiro e último capítulo, realiza-se uma reflexão com base no que a pesquisa sobre produção teórica sobre o tema revela, estas a partir da investigação das palavras-chaves nos artigos publicados no eixo formação do ENPESS (2010, 2012 e 2013), CBAS (2007, 2010 e 2013), também nas plataformas de teses e dissertações da PUCSP e PUCRS, e ainda nas Revistas Serviço Social e Sociedade e na Revista Temporalis. As inquietudes e os desassossegos que deram margem as reflexões deste trabalho sobre a relação teoria e prática do espaço de formação do estágio curricular obrigatório encontram eco na produção acadêmica pesquisada considerando o tema formação/estágio incipiente e pouco explorado na área da produção do conhecimento.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais que encerra a discussão reflexiva e afirmam as impressões que suscitaram a elaboração deste TCC ratificadas pelas informações contidas nos dados levantados. Desta forma, conteúdo destes dados e o resgate teórico reforçam as impressões que permearam a experiência de estágio curricular oferecendo a comunidade acadêmica e aos interessados contribuições a qualificação da formação profissional.

1 BREVE RESGATE HISTÓRICO SOBRE O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRIA E CONCEPÇÕES

O Serviço Social é uma profissão que passa por processos significativos de mudanças tanto no que se refere ao fazer profissional quanto no modo de “aprender” a profissão. Visto sob o aspecto histórico, verifica-se que o marco inicial da trajetória e o desenvolvimento da categoria estão profundamente ligados à doutrina da Igreja Católica.

A gênese do Serviço Social apresenta neste ponto um caráter de apostolado (YAZBEK, 2000, p. 3). Neste percurso construiu-se como senso comum ao trabalho profissional em Serviço Social, a prática da “ajuda”, em que as moças “boas” estudavam para fazer a caridade aos necessitados e para ajustá-los à moral cristã. Era em sua raiz uma formação focada no ajuste de comportamentos e na adaptação destes aos valores conservadores¹. O Serviço Social

¹ Para Yamamoto e Carvalho (1988) o conservadorismo é uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações

emerge, neste período, como afirma Iamamoto (1992): “como um atividade com bases mais doutrinárias que científicas” (p. 21).

Verifica-se nas primeiras escolas de Serviço Social, nas décadas de 1930 e 1940, a característica formativa ainda firmada na filosofia religiosa. Composta por um corpo docente que se compunha preferencialmente por católicos e protestantes, utilizava um plano curricular que acompanhava a linha teórica doutrinária cristã e se estruturava em quatro pontos: a base científica, a técnica, a prática e a pessoal (REIDEL, 2010). O estágio curricular por sua vez já se inseria na formação profissional se integrando ao processo pedagógico de formação.

Em 1946, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social do Brasil da Escola de Serviço Social da PUC-SP, foi criada a, então denominada, Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS.

Um marco em sua história foi a Convenção de 1979, após o Congresso da Virada, quando assume a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. A criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS), na década de 1980, veio a atender às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972. Um novo momento marcante na história da ABESS ocorreu na segunda metade da década de 1990, com a mudança do seu nome para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade, bem como a urgência da organicidade da pesquisa no seu interior, hoje por meio dos Grupos Temáticos de Pesquisa e da Revista *Temporalis*. (ABEPSS, 2016)

Ao compreender a profissão como vocação “o pensamento, até o final da Primeira Guerra Mundial, era de que o estágio se concretizava por um treinamento prático vocacional (LEWGOY, 2010, p. 67)”.

Assim, entendia-se que o estágio em Serviço Social, tinha como pressuposto o aprender fazendo. Com uma educação de cunho estritamente pragmática e instrumentalista. O supervisor assim, exercia um papel mais administrativo do que pedagógico, de forma a “ensinar” o quê e como fazer (LEWGOY, 2010).

Com a influência de Mary Richmond (1950), tem-se o supervisor não somente como disseminador do saber prático, mas também como orientador da metodologia. Em 1940 começaram as organizações de estágios. Começa-se a pensar numa outra perspectiva de

pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o „fascismo nacional”, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes.(p. 221-222)

supervisão, tendo sob influência de Berta Reynold, um princípio de articulação da teoria da sala de aula e a prática do estágio. (LEWGOY, 2010)

Em 1953 a Lei 1.889 regulamentou a profissão determinando as prerrogativas dos portadores de diplomas, Assistentes Sociais e Agentes Sociais, bem como definiu a estrutura e os objetivos do ensino do Serviço Social no Brasil. No âmbito das escolas formadoras do profissional de Serviço Social permanecem com as mesmas bases teóricas da Doutrina Social Católica, mas agora subsidiadas pelo caráter conservador da teoria social positivista em métodos tecnificados, particularidade do Serviço Social norte-americano (YAZBEK, 2009).

Em 1965, inicia-se na profissão um movimento de ruptura com os paradigmas até então corporificados pelo Serviço Social. O processo de questionamento da prática profissional em dependência ao poder institucionalizado ocorre, segundo Iamamoto (1992) em uma: “[...] conjuntura marcada por uma situação de crise e de intensa efervescência política no Continente” (p. 35). Em razão deste contexto adverso socialmente observa-se que o Movimento de Reconceituação, objetivava romper com o paradigma único da profissão como prática voltada somente para a perspectiva terapêutica e funcionalista (REIDEL, 2010).

Os questionamentos da categoria iniciados neste período indicam os princípios que levaram ao seu amadurecimento como definitivo rompimento com o conservadorismo e a eleição de um novo projeto profissional.

Muitos estudiosos apontam a década de 1970 como o início de um processo que deu origem ao currículo vigente. Destacam como principais representantes a ABEPSS e CEDEPSS que possibilitaram a democratização do debate e a socialização do pensamento das escolas e dos profissionais. Nesta fase, nasce uma tendência teórico cultural profissional que situa o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, concebendo sua finalidade na capacidade de atuar na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade civil exigindo, portanto, funções investigativas frente à realidade. (SANTOS, 2010, p.27)

Em 1979, ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que ficou conhecido como o Congresso da Virada, pois resultou na ruptura definitiva com o conservadorismo. Esta ruptura implicou na necessidade de adotar uma nova direção social para a profissão, a partir da perspectiva crítica e comprometida com a classe trabalhadora.

Compreende-se que foi “no âmbito do Movimento de Reconceituação e no impulso do Congresso de Assistentes Sociais que se definiram as tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social na linha marxista” (YAZBEK, 2009, p. 7)

Diante da mudança do paradigma profissional fez-se necessário, também, alterar a perspectiva de formação. Deste modo, em 1982, ocorre a redefinição do currículo de Serviço Social que avança na apropriação da teoria social crítica com o intuito de oferecer uma proposta de formação contra hegemônica, atuando sob uma perspectiva dialética em que a teoria e a prática se tornam aspectos indissociáveis entre a formação e a atuação profissional. Netto (2005) acrescenta a este prisma outro avanço à construção e ao desenvolvimento profissional: [...] “a recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como agente técnico puramente executivo” (p. 12). Nesta perspectiva, as diretrizes curriculares deveriam contemplar profissionais capazes de analisar e atuar como agentes de transformação social. Buscava-se um profissional técnico crítico, pois até então, os assistentes sociais tinham um viés muito tecnicista. Este currículo no entanto, foi de fato implementado apenas em 1988.

Neste processo, tem-se o avanço do Projeto Ético Político da profissão, que tem como marco referencial a criação do quarto código de ética da história do Serviço Social brasileiro, o Código de Ética de 1986, que aproxima a categoria da classe trabalhadora e é “o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros” (BARROCO, 2009, p. 16). Por outro lado ainda, embora estivesse clara a evolução conceitual:

O Código de 1986 não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo. Com o objetivo de ampliá-los, foi feita a reformulação de 1993, em um contexto muito diverso daquele que em 1980 favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional. (BARROCO, 2009, p.16)

O Código de Ética é fundamental na elaboração dos preceitos teórico-políticos da categoria, pois apresenta a autoimagem da profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimita e prioriza seus objetivos e funções, formula os requisitos teóricos, práticos e instrumentais- para o seu exercício, prescreve normas para o comportamento profissional e ainda, estabelece as bases das suas relações com os usuários e de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (NETTO, 2006).

O projeto ético político da profissão tem como pilares: o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996. O Código de Ética que entra em vigor em 1993, diz respeito aos direitos e responsabilidades gerais do assistente social, suas relações, organizações e anuncia também os princípios do exercício profissional, como a liberdade, democracia, justiça social, equidade e cidadania. A Lei 8.662/93

regulamenta a profissão de Assistente Social, e é a afirmação e o reconhecimento da profissão no âmbito jurídico.

O processo formativo baseado na teoria social crítica, garante a apreensão da questão social, da história, da teoria e o método do Serviço Social na sua constituição e desenvolvimento articulado entre as dimensões da formação profissional, sendo elas:- teórico-metodológico;- ético-político; e - técnico-operativo. Como resultado, emerge um novo perfil de profissional com competência teórico-prática, que implica em competência crítica, investigativa propositiva, interventiva, política e teórica. (IAMAMOTO, 2001)

Para tanto, é necessária a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB/1996 que norteia a formação e atualização dos profissionais sendo imprescindível uma formação profissional que desvende e possibilite o enfrentamento e resistência às expressões da Questão Social². Estas diretrizes

[...] tem como pressuposto central a permanente construção de conteúdos para intervenção profissional nos processos sociais, através de conhecimentos indissociáveis que estão expressos nas diretrizes como núcleos de fundamentação, sendo eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (REIDEL, 2010, p. 49)

Entende-se que as Diretrizes Curriculares devem contemplar muito além de sua formulação legal, devendo contemplar também sua ação política. A formação do profissional deve estar atrelada e consubstanciada no projeto ético político da profissão.

Ao reformular o currículo, percebeu-se, segundo Iamamoto (2001, p. 53), “três armadilhas das quais a categoria se viu prisioneira nos últimos anos – o teorismo, o politicismo e o tecnicismo”, limites estes que devem ser superados.

Neste contexto o profissional deve estar atento às demandas contemporâneas, compreendendo o arsenal técnico-operativo como expressão de sua opção teórica, materializando o seu uso com o propósito de garantir a execução de seu trabalho na direção da construção de relações democráticas emancipatórias, pressupostos básicos do projeto ético-político do Serviço Social (COUTO, 2009).

² Segundo Iamamoto (2000) Questão Social configura-se o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (p. 26)

É fundamental compreender o processo histórico da profissão para analisar a grande ruptura conceitual que redirecionou o trabalho e por consequência a formação profissional. O aperfeiçoamento do Serviço Social mediado pela teoria social crítica é suportado pelos aportes ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo como dimensões em que se situa a atuação do Assistente Social na atualidade. Assim, é imprescindível o comprometimento e a implicação definitiva da categoria para a elevação do processo formativo do pressuposto da indissociabilidade destas dimensões para a experiência de estágio curricular.

O propósito da indissociabilidade, por vezes, sofre alguns revezes quando é necessária a inserção do profissional em formação no campo de trabalho. A conjuntura econômica e política no contexto do trabalho são decisivas para obstaculizar, em alguns espaços, o pleno alcance dos objetivos formativos. Os impactos desta conjuntura na formação são abrangentes e, no que tange ao estágio curricular, estão enraizadas na precarização do trabalho e na captura de todo potencial produtivo do trabalhador que viabiliza as experiências de campo. Esta realidade interfere nas vivências necessárias às práticas profissionais, tornando, em alguns casos, os objetivos do estágio diferentes daqueles a que se propõe fragilizando o processo:

A relevância do estágio supervisionado está associada ao caráter interventivo da profissão do assistente social, consubstanciado na qualidade e rigor teórico-metodológico sustentado pela pesquisa, no exercício profissional em permanente reflexão e na posição crítica dos contextos econômicos, políticos e sociais, na direção da garantia dos direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros. Neste âmbito o estágio supervisionado presente no processo de ensino-aprendizagem em Serviço Social tem relevância, pela possibilidade de oferecer ao aluno materialidade a projetos profissionais nos mais variados espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, considerando suas singularidades e particularidades, numa perspectiva ética e política. (UFRGS, 2011, p.8)

Estas questões acabam levantando algumas perguntas que inquietam e necessitam ser discutidas pela categoria: para que se desenvolvam experiências de formação qualificadas são necessárias condições propícias, mas o cenário atual proporciona este ideal? É possível diante da demanda institucional encontrar fôlego para articulação das dimensões profissionais?

O que se revela no cotidiano das experiências de estágio é que existem contradições ainda não superadas entre ensino e prática profissional, mesmo depois da ruptura conservadora contida no processo histórico de amadurecimento da profissão. Deseja-se o entrelaçamento entre as propostas curriculares que são essenciais à excelência profissional a fim de darem respostas oportunas as demandas sociais enfrentadas no dia a dia da categoria.

Outro aspecto importante a ser considerado nesta reflexão é a precarização do ensino superior ocorrida no governo neoliberal do presidente Fernando Henrique Cardoso com a implementação da “lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira” (IAMAMOTO, 2009, p. 433). Esta lógica revela uma política de ampliação do número de vagas no ensino superior a partir da rede privada. O aumento significativo de instituições comprometidas com uma formação voltada ao mercado, como por exemplo, aquelas dedicadas ao ensino a distância.

O resultado desta política alinhada ao capital é sem dúvida a fragilização das competências profissionais ocasionadas por processos formativos insuficientes. Resulta em termos do exercício profissional na fissura da apreensão da teoria social crítica que embasa o fazer profissional, restando um ensinar/aprender técnico-operativo, imediatizado, oportuno a dar conta das demandas que chegam às instituições.

Sendo assim,

[...]se a prática profissional interventiva do serviço Social requer tais dimensões, a formação profissional deve, por sua vez, contemplar de fato, os conhecimentos necessários a essas competências, quais sejam, conhecimentos teóricos, conhecimentos éticos-políticos e conhecimentos procedimentais, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva (SANTOS, 2010, p. 55).

A vivência de estágio pode ser uma das grandes possibilidades de consolidar a indissociabilidade entre as dimensões, sendo este um momento de articulação entre a teoria e a prática e para tanto, “[...] é necessária uma sólida formação teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico.” (COUTO, 2009, p.652). Percebe-se assim que uma formação de qualidade se configura na medida em que o(a) estudante consegue desde o início de sua formação ter clareza e oportunidades de efetivar e vivenciar o plano curricular em todas as suas esferas.

Mesmo compreendendo a importância e necessidade deste aprendizado, observa-se as dificuldades que se tem de visualizá-las e efetivá-las no período de estágio curricular obrigatório.

1.1 A diretriz que orienta o estágio curricular obrigatório na atualidade

O estágio curricular obrigatório está envolvido no contexto das diretrizes curriculares dada sua importância na formação discente, enquanto frente às diferentes expressões da

questão social. A sua presença na formação contribui com elementos que possibilitam a análise crítica, o desenvolvimento da capacidade interventiva, propositiva e investigativa (GONÇALVES, 2012) do profissional em desenvolvimento. Embora em instituições de ensino superior existam também os projetos de extensão e de pesquisa³ como ações teórico-práticas que projetam as experiências articulando universidade e sociedade, ambas tem propostas baseadas na experiência formativa. O momento de vivência do estágio é o momento primordial do discente em seu processo de formação profissional, constituindo-se em um divisor de águas pois é nele que o(a) aluno(a) conseguirá visualizar a atuação do profissional de Serviço Social em seu espaço sócio ocupacional, bem como interagir com este profissional sob sua supervisão e da universidade.

O estágio curricular obrigatório é regulamentado pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a mesma que regulamenta o estágio de todos os estudantes em todos os níveis educacionais. Esta Lei em seu art. 1º, define estágio como

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A normativa também abarca as obrigações da unidade de ensino, como o espaço físico, orientador acadêmico, formalização entre as partes em instrumento próprio, como também a limitação de carga horário e o recesso de 30 dias após um ano completo na instituição de cenário de prática. Traz consigo avanços que legitimam o estágio, pois por muito tempo o estagiário teve seus direitos negados, sendo utilizado apenas como força de trabalho barata ou gratuita.

A Lei de Diretrizes e Bases 1996 (LDB) é como marco regulatório no campo da legislação de estágio, tratando a questão de forma mais genérica. O Artigo 82 desta Lei possui dois princípios, o primeiro sobre a autonomia universitária, atribuindo às Unidades de Ensino Superior a responsabilidade de normatização de seus estágios, e o segundo, referente à regulamentação da relação de estágio e o mercado de trabalho, enfatizando-se que o mesmo não possui vínculo empregatício.

³ Sabe-se que infelizmente esta não é uma realidade de todas as unidades de formação, em especial das privadas que com exceções conseguem contemplar um grande número de horas de atividades de extensão e pesquisa para envolver seus professores e estudantes.

A partir disso, o Serviço Social possui sua própria regulamentação de estágio, sendo o aporte legal constituído pelas Diretrizes Curriculares (DC) de 1996 e a Política Nacional de Estágio (PNE) de 2010. As DC regulamentam a formação acadêmica a partir da realidade social apresentada na sociedade. Estas Diretrizes não possuem efeito legal, mas são a expressão de um processo de construção e pactuação nacional e de definição de parâmetros políticos-pedagógicos para a área de Serviço Social (CFESS, 2011-2014).

As Diretrizes Curriculares ainda trazem em seu aporte o perfil do/a bacharel como um profissional que:

Atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais;
Possui formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho;
É comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do/a Assistente Social.
Dessa forma, o estágio supervisionado é um dos elementos pedagógicos que colaboram para fomentar esse perfil do futuro profissional. (CFESS, 2011-2014, p. 11)

É um perfil que explicita as competências e habilidades indispensáveis ao Assistente Social e que defende o padrão de excelência em sua formação. Verifica-se a importância social deste profissional que tem como preceitos a defesa dos direitos de cidadania e a promoção da justiça social. As Diretrizes Curriculares sinalizam o caminho que satisfaça os imperativos do Projeto Ético-político do Serviço Social.

No mais, tem-se ainda Política Nacional de Estágio, que está em conformidade com as DC, e mesmo sem força de Lei, tem legitimidade, fornecendo parâmetros nacionais para políticas de estágio em cada unidade acadêmica (CFESS, 2011-2014), abordando processos e requisitos para a supervisão de estágio. A PNE se apresenta como

[...] instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social [...] (PNE, 2010, p. 11)

Para além, a PNE refere:

Numa leitura atenta e crítica da realidade, a PNE enfatiza, ainda, que o estágio no Serviço Social deve também se nortear por princípios que são preservadores desta lógica, quais sejam, indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas; articulação entre formação e exercício profissional; indissociabilidade entre

estágio, supervisão acadêmica e de campo; articulação entre universidade e sociedade; unidade entre teoria e prática; articulação entre ensino, pesquisa e extensão. (PNE, 2010, p.12-14)

Estas regulamentações constituem-se no arcabouço de instrumentos político-normativos de proposição de estratégias na luta pela qualidade da formação e do trabalho profissional. Neste contexto, o período de estágio deve ser superado em seu conceito histórico de espaço praticista em detrimento de um exercício assistido de articulação entre as dimensões do projeto profissional.

1.2 A perspectiva da formação na atualidade: o lugar e a importância do estágio curricular obrigatório em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pensar o estágio curricular na atualidade é compreender com clareza sua importância como ferramenta indispensável no processo de formação profissional, pois é no exercício de análise crítica de atuação sobre o real que se transforma o conhecimento e se encontram meios para superação das demandas que se apresentam no cotidiano profissional.

O estudante de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seu processo de graduação, possui diversos espaços em que tem a possibilidade de vivenciar a prática profissional, seja em disciplinas como Oficina em Serviço Social I, II e III, Estratégias de Intervenção I, II e III⁴, seja em Seminários, Congressos, Eventos, bem como em projetos de extensão, ensino, pesquisa e no período de estágio curricular obrigatório ou não-obrigatório. Compreendendo,

[...]de suma importância que o estágio seja alvo de discussões em todo o contexto da formação profissional do estudante, onde desde o início do curso sejam problematizadas discussões em torno da realidade profissional, dos processos dinâmicos da sociedade e da importância de ser um profissional crítico e interventivo. (SILVA e SANTOS, 2014, p. 5)

O estágio curricular pode ser considerado o *locus* da vivência desta realidade já que é neste momento em que o(a) estudante poderá de fato presenciar o trabalho do(a) Assistente

⁴Estas disciplinas fazem parte do currículo do curso de Serviço Social da universidade Federal do Rio Grande do Sul. Se estabelece com o propósito de favorecer as habilidades e competências específicas do egresso do curso. A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de: Disciplina de - Oficina de Serviço Social I e II - realizar estudos sócio-econômicos para identificação de demandas e necessidades sociais e realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais. Disciplina de: Estratégias de Intervenção em Serviço Social I, II e III - exercer funções de direção em organizações públicas e privadas na área de Serviço Social. (UFRGS, 2008, p 13-14)

Social, atuar e analisar o trabalho desenvolvido com suporte e/ou supervisão da universidade e dentro dos próprios espaços juntamente com seus supervisores, de campo e acadêmico.

O estágio curricular em Serviço Social, seja na modalidade obrigatório ou não-obrigatório, é elemento essencial no processo de formação profissional, tendo em vista ser o espaço em que o discente ao entrar em contato com o cotidiano do exercício profissional tem a possibilidade de desenvolver as competências e habilidades necessárias à construção da matriz de sua identidade profissional. (CARVALHO e SANTOS, 2012, p. 2)

O período de estágio é um momento especialmente profícuo para a formação profissional, pois coloca em tela o espaço sócio-ocupacional, a teoria e a prática, bem como constrói elementos críticos para a análise da realidade em que se encontra. Deve constituir-se em um

Profissional capaz de atuar de forma concreta na questão social e em suas múltiplas expressões, sendo este criativo, estrategista, propositivo e crítico para com a demanda dos espaços sócio-institucionais, com vistas a atender a demanda posta pelos usuários. (ARAÚJO, MARIANO, CARVALHO e BARROS, 2012, p. 3)

O estágio para além da especificidade de criar possibilidade de articulação entre a teoria e a prática deve ser estruturado para proporcionar a consolidação das bases metodológicas em atuação, sendo

[...]o espaço apropriado para o aluno traçar a sua matriz de identidade profissional, por ser aí que ele desenvolve a sua aprendizagem, a sua responsabilidade, o seu compromisso e demais atitudes e habilidades profissionais. Neste sentido, as experiências dos alunos no estágio devem ser selecionadas, planejadas e afetas à sua formação profissional, pois “não são experiências quaisquer.” (BURIOLLA 1994, p. 24)

Assim, a importância do estágio curricular se dá através de sua potencialidade em originar espaço de trocas de conhecimento, tanto com o supervisor de campo e acadêmico, quanto com colegas e usuários. Neste contexto cabe ressaltar que

O estágio aproxima o aluno/estagiário da realidade do usuário, capacitando-o para o exercício profissional e aquisição do conhecimento operacional. Em contrapartida contribui para o aperfeiçoamento e capacitação do profissional, em um momento em que a troca de conhecimentos se torna significativa tanto para quem supervisiona quanto para quem é supervisionado, desde que, o estágio aconteça em observância às Legislações e que ofereçam condições éticas e técnicas de se desenvolver. (ARAÚJO, MARIANO, CARVALHO e BARROS, 2012 p. 3)

O estágio é propiciador de vivências e experiências cotidianas do aprender, no entanto não se pode descolar a atividade da realidade social e econômica como análise universalizada. O contexto social se expressa atualmente como resultado de mais uma crise acumulativa do

capital iniciada no final da década de 1970. O neoliberalismo que emerge como solução aos problemas enfrentados pelo capital oferece um espaço de trabalho contraditório ao Assistente Social e o profissional em formação, pois

[...] de um lado, um profissional preparado cientificamente que utilize de bases teóricas, éticas, técnicas e metodológicas que respondam a contento às necessidades de seus usuários, sob o direcionamento principal da viabilização de direitos destes, e de outro requisita um profissional tecnocrata-burocrático que apenas implemente as políticas públicas num caráter essencialmente técnico imediatista, sem análises e perspectivas mais aprofundadas da Questão Social e suas expressões. (DIAS e LIMA 2014, p. 8)

Neste sentido, as contradições no âmbito do trabalho inerentes à ideologia do capital que orienta as instituições privadas e do poder público, na gestão e gerenciamento de projetos e políticas sociais, *locus* de trabalho do Assistente Social, indica a necessidade de desvendamento da realidade e das questões que envolvem as demandas que emergem no trabalho. Para tanto, “a intervenção na realidade posta requer profissionais propositivos e orientados a pensar, refletir e problematizar” (SILVA e SANTOS 2014, p. 4) as manifestações e expressões desta realidade. É neste contexto que o exercício de formação profissional deve negar a máxima que historicamente esteve presente na categoria, qual seja, “na prática a teoria é outra” (MACEDO, SOUSA, COSTA E PINTO, 2014, p. 7)

No entanto, a falta de aprofundamento teórico-metodológico que permeia a construção histórica da afirmativa acima deve ser problematizada e compreendida como uma questão a ser superada diante das experiências empíricas que afirmam a institucionalização de profissionais que por conta das exigências do trabalho estão imersos em um fazer profissional tecnicista sem análise da totalidade e das contradições dela inerentes.

Compreende-se a necessidade de que campos de estágio proporcionem aos estudantes uma vivência interdisciplinar, em que se possa discutir e atuar com outros profissionais de diferentes áreas, conseguindo visualizar na prática a relação da integralidade no atendimento aos usuários. A qualificação da formação profissional se dá de diferentes formas e momentos. O estudante que não tem a oportunidade de propor maneiras de intervir numa realidade apresentada terá dificuldades no trabalho enquanto profissional formado.

As competências profissionais teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, buscam assegurar uma formação de qualidade, para tanto ela deve ser compreendida e vivenciada pelos(as) estudantes em todo o processo de graduação. Para além do mesmo, deve assegurar o compromisso ético como princípio formativo do futuro Assistente Social. A

articulação destas dimensões garante uma efetiva análise da totalidade e historicidade das demandas que advém do trabalho profissional, nos diferentes contextos e políticas.

As Diretrizes Curriculares asseguram que o Estágio Supervisionado deve evoluir durante as etapas que constituem a formação, se constituindo num avançar paralelo entre a apreensão das matérias e seus componentes curriculares durante o período letivo. Outra característica fundamental do estágio supervisionado é a necessidade de supervisão realizada sob um conjunto de estratégias sistematizadas, ocasionada pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, num trabalho conjunto entre unidades de ensino e instituições (DC, 1996). Para Lewgoy, esta sistematização implica em afirmação dos princípios que norteiam as DC

Essa proposta de estágio tem uma lógica curricular: a superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, de forma a permitir intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade. Isso constitui, ao mesmo tempo, um desafio político e uma exigência ética: construir um espaço por excelência para o pensar crítico, a dúvida, a investigação e a busca de soluções. Para esse ponto, precisa convergir a análise da indissociabilidade entre supervisão e estágio, formação e exercício profissional[...] (2013, p.74)

A supervisão de estágio é primordial em todo o processo, pois é nela que teoricamente se encontra a acolhida necessária para a atuação do profissional em formação perante as demandas, pois “entende-se que essa atividade concreta de estágio permite ao acadêmico transformar o que aprendeu em posturas, produtos, serviços e informações” (LEWGOY, 2010, p. 27) oportunizando a oxigenação do fazer profissional no atendimento às demandas tanto institucionais quanto dos cidadãos de direito. O estágio é compreendido como uma atividade curricular essencial para a produção de conhecimento da prática e exercício profissional, como também do redimensionamento dos conhecimentos teóricos apreendidos na instituição de ensino.

Há de se ressaltar que supervisão tanto acadêmica quanto de campo, também possui um aporte legal afirmando que a mesma

[...]deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002 e na lei 11.788, de 25 de setembro de 2008; a necessidade de normatizar a relação direta, sistemática e contínua entre as Instituições de Ensino Superior, as instituições campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional; a importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do assistente social que, para

tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional; que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Resolução CFESS nº. 533 de 29/09/2008).

Frente às demandas da formação profissional, também se tem as demandas do contexto neoliberal, observada a privatização e mercantilização de diversas políticas públicas, incluindo a educação. Esta realidade faz com que cresça espantosamente o número de instituições de ensino superior (IES) privadas, e em sua maioria de ensino à distância (EAD), aumentando a procura por estágio.

[...]verificamos profundas mudanças no exercício e formação profissional, identificadas com a precarização das condições de trabalho, provocando mudanças no perfil da categoria, bem como uma intensa privatização do ensino superior, centrada na abertura desenfreada de vários cursos de graduação em serviço social nas modalidades presencial e à distância, e conseqüentemente, uma exponenciação na demanda por campo de estágio. (MACEDO, SOUSA, et al, 2014, p. 2)

Assim, pode-se destacar que ao mesmo tempo em que se tem um aparato legal que regulariza o estágio em todas as suas frentes, há também um cenário econômico-político contraditório, que reproduz tanto na educação quanto no exercício profissional nas instituições os critérios de mercado que privilegiam o investimento e o resultado dele sobre benefícios sociais de uma formação qualificada e ética. Como exemplo desta condução da educação como mercadoria destaca-se a

[...]quantidade de alunos que ultrapassa o permitido pela Resolução do CFESS nº. 533/2008 para cada profissional que atua como supervisor de campo; o descumprimento da orientação da Política Nacional de Estágio quanto ao número de alunos por supervisor acadêmico; o exercício ilegal da profissão; a supervisão de campo à distância; a ausência do acompanhamento sistemático da supervisão acadêmica, entre outras. (MACEDO, SOUSA, et al, 2014, p. 3-4)

Esta realidade coloca em xeque a necessidade de problematização de como o estágio curricular obrigatório em Serviço Social está garantindo ao estudante uma formação de qualidade, analisando como ocorre esta intrínseca relação da teoria e prática, disseminada nas dimensões do projeto ético-político profissional.

2 O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA UFRGS: REFLEXÕES E INQUIETAÇÕES A PARTIR DA VIVÊNCIA DO ESTÁGIO

Mesmo em meio a uma conjuntura de mercantilização e precarização da educação constitui-se, em 2009, o curso de graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo o segundo curso de graduação em uma universidade pública no estado do Rio Grande do Sul⁵ (RS). Este é criado via a expansão das universidades no governo Lula, pelo projeto REUNI⁶. O mesmo então inicia efetivamente suas atividades no ano de 2010, com duração de nove semestres. (UFRGS, 2011)

Ao se formular a grade curricular do curso, pensou-se na articulação da teoria e prática desde seu início, sendo oferecidas as disciplinas de Oficina de Serviço Social I, II, III e IV, “objetivando estabelecer: contato com a realidade social; preparação para a produção científica; aproximação com os espaços sócio-ocupacionais e o aprofundamento teórico-prático sobre o trabalho do assistente social.” (UFRGS, 2011, p. 3)

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, 1996, a base teórica da formação é a teoria social crítica e assume como princípios aqueles trazidos do Código de Ética Profissional, como a liberdade, o pluralismo, justiça social, equidade bem como a busca por uma nova ordem societária. Assim

[...]também os princípios da **indissociabilidade entre as dimensões da competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e a articulação entre formação e exercício profissional** que é possível de materializar-se através do rigor histórico e teórico-metodológico no trato da realidade social e suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade [...] (UFRGS, 2011, p. 5)

Estas articulações pressupõem vivências para além do estágio, também nas disciplinas do curso, com perspectiva de uma formação que viabilize “[...]uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade”. (ABESS, 1996, p. 147)

⁵ O RS foi o último estado brasileiro a garantir graduação em Serviço Social em Universidade Pública.

⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), este é um programa federal, instituído pelo Decreto nº 6.096, em 24 de abril de 2007, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), e tem por objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, com ações como: aumento de número de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão. (MEC, 2016)

O desenvolvimento da formação profissional em Serviço Social estabelece parâmetros e desafios curriculares aos estudantes que visam a apropriação dos valores profissionais condicionados às suas habilidades e competências. Estas se caracterizam pela assimilação de forte base teórico-metodológica e ético-política como fundamento ao exercício técnico-operativo profissional. As Diretrizes Curriculares estabelecem princípios que norteiam as atividades de graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES), e em especial, a Diretriz Curricular do Serviço Social, que privilegia o Estágio Curricular como ferramenta essencial para formação de Assistentes Sociais, pressupondo intervenções qualificadas, eficientes e competentes diante da realidade social brasileira. O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRGS (2009) compreende que:

O Estágio Curricular do curso de Serviço Social se constitui por atividades prático-aplicativas do aluno, através de sua inserção no espaço sócio institucional sob supervisão direta de profissionais Assistentes Sociais, tanto nos diferentes espaços quanto por professores do curso. São atividades de ensino obrigatórias para a integralização do curso com o objetivo de capacitar o aluno ao exercício profissional. É considerado um momento privilegiado de formação profissional, para conhecimento da realidade institucional e problematização teórico-metodológica. (UFRGS, 2009, p. 20).

A formação também é alicerçada na perspectiva da indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo, formando uma tríade que busca romper

[. . .] o famoso distanciamento entre o trabalho intelectual, de cunho teórico-metodológico, e o exercício da prática profissional cotidiana. Esse é um desafio colocado por estudantes e profissionais ao salientarem a defasagem entre as bases de fundamentação teórica da profissão e o trabalho de campo (IAMAMOTO, 2001, p. 52).

Para que essa realidade possa ser vivenciada pelo(a) aluno(a), garante-se no processo de estágio uma supervisão sistemática e realizada por meio da tríade constituída pelo estudante, supervisor acadêmico e supervisor de campo. Esses fatores auxiliam na compreensão e articulação do que se aprende e discute dentro da universidade com o que tem-se para além dela. Assim,

A relevância do estágio supervisionado está associada ao caráter interventivo da profissão do assistente social, consubstanciado na qualidade e rigor teórico-metodológico sustentado pela pesquisa, no exercício profissional em permanente reflexão e na posição crítica dos contextos econômicos, políticos e sociais, na direção da garantia dos direitos sociais a todos os cidadãos brasileiros. Neste âmbito o estágio supervisionado presente no processo de

ensino-aprendizagem em Serviço Social tem relevância, pela possibilidade de oferecer ao aluno materialidade a projetos profissionais nos mais variados espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, considerando suas singularidades e particularidades, numa perspectiva ética e política. (UFRGS, 2011, p. 8)

Por tanto, espera-se deste aluno(a) uma

[...] capacidade de questionar, problematizar, conhecer e movimentar-se dentro dos cenários de práticas e da universidade, ancorado nos princípios e valores humanistas previstos no Código de Ética Profissional. [...] a habilidade de investigar a realidade sócio institucional estabelecendo um movimento reflexivo entre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política. (UFRGS, 2011, p. 9)

O estágio em Serviço Social na UFRGS é configurado de maneira a garantir a formação continuada do estudante, conforme mostram as súmulas de cada nível de estágio.

A súmula do estágio I dispõe ser necessário

[...] o conhecimento e compreensão do território e do campo de estágio através da realização de processo de análise sócio institucional: caracterização da população usuária e das expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social; análise da política social específica que orienta os serviços na organização; identificação dos demais elementos constitutivos do processo de trabalho que se insere o assistente social; propostas de intervenção. (UFRGS, 2011, p. 13)

Podemos observar nas súmulas a orientação para uma aproximação e contato do(a) acadêmico(a) com a realidade do espaço sócio-ocupacional de forma sistematizada. O movimento de reconhecimento é vinculado ao processo dialético característico daquele contexto e se coloca a universalidade, singularidade e particularidade. Esta como espaço de mediação das demandas institucionais e dos usuários. Desta maneira, se vê que o desenvolvimento desta atividade reflexiva avança no estágio II em algumas questões propiciando a elaboração do projeto de intervenção sobre as articulações das três dimensões formativas, como relata a súmula:

[...] desenvolvimento da atitude investigativa, propositiva e interventiva reconhecendo a dimensão técnico-operativa, ancorada nas dimensões teórico-metodológica e ético-política. Elaboração e execução do projeto de trabalho que contemple as demandas dos usuários e das ações propostas pelo Serviço Social no campo de estágio. (UFRGS, 2011, p. 13)

Já no terceiro e último semestre de estágio, busca é proposta a discussão das etapas vivenciadas e das experiências acumuladas em que se confrontam os eixos formativos entre as exigências interventivas formuladas a partir das expectativas acadêmicas. É nesta etapa que se destaca e valida o processo no qual se qualifica o futuro profissional tanto crítico quanto propositivo. A súmula III assevera:

Sistematização da avaliação de contexto, do processo e do produto vivenciados nos estágios, articulados com os fundamentos ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo. Elaboração da análise crítica do processo de aprendizagem. (UFRGS, 2011, p. 13)

A configuração do estágio curricular obrigatório em Serviço Social da UFRGS, tem o objetivo de garantir em todos os períodos o máximo de aproveitamento que o estudante poderá usufruir nestes espaços, de forma a contribuir de fato para sua formação. Tendo o(a) aluno(a) que possuir uma interlocução entre o saber teórico e a prática profissional, constituindo o estágio como um espaço crítico, de intervenção, de investigação e de produção de conhecimento.

Junqueira, Reidel e Cunha (2014), destacam os elementos centrais dessa proposta de formação:

[...]institui como eixo central a *questão social*, entendida como objeto de trabalho do Serviço Social e a relação entre processo de trabalho e Serviço Social; através dele, destacava-se o necessário rigor teórico-metodológico no trato da realidade social, a apreensão da totalidade (universalidade, particularidade e singularidade), **indissociabilidade entre ensino**, pesquisa e extensão; a ética e a pesquisa eram propostas de forma transversalizada, ou seja, ultrapassando a compreensão de ser apenas conteúdo disciplinar, mas se materializando em todo o processo formativo, o pluralismo e a direção social do projeto profissional vinculados à classe trabalhadora, na luta por uma nova ordem societária que pressupõe a superação do capitalismo. (p. 305)

Passa-se do pressuposto que uma formação de qualidade condiz com a necessidade do futuro profissional estar, durante sua formação, o mais próximo possível da realidade que encontrará enquanto Assistente Social. Para tanto, compreende-se que em todos os momentos dessa construção terá que colocar-se em cheque a materialidade da indissociabilidade da teoria e da prática, como fator essencial para o fazer profissional.

Mesmo o Serviço Social sendo classificado como uma profissão interventiva, não deve-se delimitá-lo como exclusivamente operativo, tem-se sim que amplia-lo e entendê-lo como

uma profissão que atua perante um embasamento teórico e ético. No entanto, como bem colocam as autoras:

Frente ao desafio de garantir a formação de qualidade, em tempos em que se acompanha o aligeiramento da formação sob a lógica mercadológica e gerencial com que as unidades de formação vêm se caracterizando, com tendência dicotômica entre o fazer e o pensar, emerge – como fruto de articulação e resistência coletiva na luta por uma formação que contribua para consolidar o projeto ético-político da profissão – a Política Nacional de Estágio (PNE) em Serviço Social. (JUNQUEIRA, REIDEL, CUNHA, 2014, p. 305)

Como já mencionado anteriormente, a Política Nacional de Estágio (PNE 2010), é o resultado de uma construção coletiva que caracteriza o processo de formação em Serviço Social bem como estabelece o que se espera de um(a) aluno(a) em processo de estágio.

O curso de Serviço Social da UFRGS, baseia-se em todas as orientações de regulações de estágio, e ainda, conforme orientação da PNE, oferta para aqueles supervisores que receberão estudantes estagiários, o “Curso de Atualização de Supervisores de Estágio em Serviço Social”, que tem com objetivo

[...]a formação, atualização, acompanhamento e avaliação permanente de supervisores. Esse curso possibilita aos profissionais, supervisores de campo que receberão estagiários, conhecerem, inicialmente, a proposta pedagógica do Curso de Serviço Social da UFRGS, o perfil dos alunos, e ser um espaço de troca e educação permanente no que se refere às temáticas: projeto ético-político, supervisão de estágio, trabalho do assistente social e projeto profissional. (JUNQUEIRA, REIDEL, CUNHA, 2014, p. 306)

O assistente social que pretende ter consigo estagiários(as) do curso de Serviço Social da UFRGS, necessita passar por esta capacitação/atualização. São realizados encontros em que professores do curso explanam e realizam atividades referentes a inúmeros itens necessários para o processo ensino/aprendizagem, como Código de Ética, as três dimensões do trabalho profissional, atribuições dos supervisores, plano de estágio, formação em Serviço Social entre outras questões abordadas. Trabalha-se na perspectiva que os assistentes sociais se sintam renovados e em condições de receber este estagiário(a), buscando contribuir neste processo por meio de um espaço para troca de experiências e conhecimentos, diálogo, esclarecimento de dúvidas, enfim se renovar e oxigenar.

Conforme dados trazidos pela coordenação de estágio, até o primeiro semestre de 2016 foram ofertados aproximadamente 9 Cursos de Supervisores, envolvendo aproximadamente 154 Assistentes Sociais de, em média, 120 espaços ocupacionais. Como resultante do Curso, foi publicado um livro contendo o conteúdo desenvolvido pelos professores ao longo do mesmo, intitulado *Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente*, com distribuição gratuita pela editora UFRGS. Em Junho de 2016 este livro foi aceito pelo LUME e está disponível digitalmente⁷ no sistema de bibliotecas da UFRGS. Esta iniciativa ressalta a importância destas ações para o processo de educação permanente e o compromisso com a formação que a universidade assume, produzindo e socializando conhecimento e permitindo espaços de formação e troca entre os assistentes sociais.

Até o primeiro semestre de 2016 foram aproximadamente noventa e oito (98) estudantes matriculados em estágio Curricular Obrigatório envolvendo os níveis I, II e III nos mais de setenta (70) campos de estágio e em média de setenta e cinco (75) supervisores de campo envolvidos diretamente com a supervisão acadêmica.

Em 2015, teve início a Disciplina eletiva nominada “Tópicos em Serviço Social”, propondo enfoque diferente a cada semestre letivo. Em 2015/2 teve como tema a supervisão em estágio. Entendendo que a UFRGS proporciona o Curso de Supervisores para profissionais já formados, seria necessário também garantir um espaço para que os(as) alunos(as) ainda em formação, pudessem ter acesso ao conteúdo deste curso⁸. Esta disciplina explicita em sua súmula o que será sua frente de trabalho

O Ensino no Brasil e a relação do estágio com o exercício e a formação profissional. O contexto sócio-histórico da supervisão de estágio em Serviço Social. A centralidade do estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares (1996) do Serviço Social. Os instrumentos normativos que orientam o estágio supervisionado. A Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Plano de Trabalho. Processo de Avaliação. Documentação. Metodologias do processo de supervisão de estágio. (UFRGS, 2015)

⁷ Acesso no endereço: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/142296>

⁸ Embora tenha sido permitido que os estudantes formandos, anterior a oferta desta disciplina eletiva, participassem do Curso de Supervisores como forma de se preparem para o processo de supervisão antes da formatura.

Nesta direção, a disciplina busca garantir a aproximação com a realidade tanto do estagiário(a) quanto do supervisor(a), entendendo a partir dos conceitos teóricos e práticos a importância da supervisão e do estágio curricular. Tem como objetivos:

Geral: Instrumentalizar o acadêmico de Serviço Social para o exercício da supervisão de estágio em Serviço Social, considerando a supervisão como uma das atribuições privativas do Assistente Social. Específicos: Reafirmar a centralidade do estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares, a fim de consolidar o projeto de formação profissional; Problematizar o processo de supervisão do estágio supervisionado, considerando o cenário do ensino superior e as particularidades da formação em Serviço Social e os diferentes sujeitos envolvidos; Discutir os instrumentos normativos do estágio supervisionado em suas dimensões ético-política e pedagógica; Trabalhar as habilidades para o exercício da supervisão de estágio considerando a unidade da teoria e prática. (UFRGS, 2015)

Esta disciplina cursada preferencialmente pelos(as) estudantes que já concluíram o processo de estágio curricular obrigatório, em seus três níveis, visa retomar as questões trabalhadas no curso de Supervisores com mais tempo para o aprofundamento destas questões. Assim, esta disciplina vai ao encontro do que o curso entende por estágio e supervisão direta de estágio sendo fundamentais na formação profissional em Serviço Social. Nesta disciplina é possível apreender as legislações que regulamentam o estágio e a supervisão, bem como refletir sobre as realidades que perpassam essa ação.

Para além desta disciplina e do curso de Supervisores,

Mensalmente realiza-se uma reunião pedagógica envolvendo a Comissão de Estágio e o grupo de professores em processo de supervisão acadêmica no semestre em andamento, no intuito de garantir um espaço de trocas e reflexões sobre o estágio, na perspectiva de aprimorar a supervisão. Bimestralmente, ocorrem os fóruns de supervisores, envolvendo todos os supervisores acadêmicos e de campo, em um encontro de trocas, estudos, reflexões e planejamento de ações e intervenções que venham a contribuir para o processo de qualificação da formação dos estagiários, e também legitimar-se como espaço de estudo e educação permanente para os supervisores. Ao final de cada semestre realiza-se um encontro por grupo de estagiários, com seu supervisor acadêmico e seus respectivos supervisores de campo, em que os discentes apresentam o produto do semestre e faz-se uma avaliação coletiva do processo vivenciado no período acompanhado. Além disso, fecha-se a avaliação com posterior *triade*, específica de avaliação, envolvendo individualmente o estudante e seu supervisor acadêmico e de campo. (JUNQUEIRA, REIDEL, CUNHA, 2014, p. 307)

Compreende-se assim, a importância e a valorização da política de estágio do curso, bem como sua proposta pedagógica, na qualidade deste processo, entendendo a particularidade de cada aluno(a), suas vivências e a realidade tanto de campo quando acadêmica em que se encontra. Nesta perspectiva, cabe ressaltar que tudo se coloca

Em consonância com o projeto profissional, busca-se a materialização dos valores e princípios que norteiam a profissão, notadamente no que se refere ao valor fundamental da *liberdade* e das demandas que lhe são inerentes (emancipação e autonomia). (JUNQUEIRA, REIDEL, CUNHA, 2014, p. 309)

Para tanto é necessário criar oportunidades que assegurem o desenvolvimento dos(as) envolvidos neste processo de estágio, bem como trabalhar fundamentalmente os princípios contidos no Código de Ética da profissão, assim formando um profissional, não em uma “forma”, mas sim com capacidade de refletir criticamente, analisar a realidade apresentada para além do aparente, propondo intervenções condizentes tanto com a direção da profissão quanto com os usuários.

Para que essas questões sejam alcançadas, não se pode deixar de refletir que a vivência da indissociabilidade da prática e teoria se dá para além do estágio, também garantida nos projetos de extensão, em que em muitas vezes, o(a) aluno(a) atua em contato direto com comunidades e articulação com serviços da rede tornando a extensão e a pesquisa propulsores da relação de ensino/aprendizagem, garantindo a articulação entre as bases fundamentais de uma universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O Plano de Estágio do Curso de Serviço da UFRGS, traz em si uma proposta que condiz com os fundamentos éticos, políticos e de formação da categoria, possibilitando inúmeras oportunidades não só para o(a) estagiário(a), como também para os(as) supervisores(as) de campo e acadêmico(a). Esta proposta vem como resistência ao processo de aumento constante da mercantilização do ensino, que acaba por transformar o ensino em mercadoria, e garantindo comprometimento com a direção social assumida pela categoria profissional.

Esta realidade cada vez mais se agrava e se prolifera nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, mercantilizando o saber, expresso na abertura de inúmeras instituições de ensino superior particulares com ensino presencial e também à distância, o que pressupõem uma lógica voltada para a arrecadação de lucro privado tornando a educação hoje como uma grande oportunidade para auferir lucro.

Entendendo que a educação ofertada em uma perspectiva laica, pública e presencial, terá a possibilidade de ser uma formação de qualidade, que articule para além do ensino, pesquisa e extensão a vivência as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-

metodológica de forma indissociada, garantindo no seu processo de aprendizagem a vivência em espaços de articulação da teoria e de prática.

Espera-se também que essa formação contribua para que o profissional leve em consideração em seu trabalho a categoria totalidade indissociada da vida social, ressaltando que o Serviço Social também faz parte da classe trabalhadora e que esta realidade deve ser considerada na inserção do profissional no mercado de trabalho.

Assim, entende-se que o curso de Serviço Social da UFRGS, propõem-se formar sujeitos que compreendam para quem e porque trabalharão, compreendam as relações de poder e do capital que encontram-se nos espaços sócioinstitucionais, que tenham condições teóricas, éticas e políticas de planejar e executar intervenções que condizem com a categoria profissional, que para além da criticidade possuam ferramentas para serem propositivos, que consigam visualizar, vivenciar e garantir que na prática a teoria não é outra.

A realidade de estágio encontrada nesta universidade se diferencia de muitas outras, em que uma turma de estágio para supervisão acadêmica possui números muito elevados de estudantes, não propondo uma possibilidade mais minuciosa e detalhada do cotidiano vivenciado, de troca, avaliação e discussão entre estagiário(a) e supervisor, nem como entre os(as) próprios(as) estudantes.

Esta realidade deve-se muito ao fato das universidades privadas, por exemplo, ter que dar conta do mercado, onde o estudante passa a ser visto não como aluno, e sim como cliente, que deve se formar em um prazo rápido, para poder ingressar ao mercado de trabalho ou, retornar para adquirir uma especialização em breve. Com ou sem qualidade na formação é esta universidade que tem uma lógica mercantil, num estado neoliberal, num sistema capitalista que tende a transformar as políticas públicas em mercadoria. Esta instituição tem que atender esta

No entanto o que se busca é a garantia de um ensino público, laico, presencial e de qualidade. Esta compreensão vai ao encontro das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996), Política Nacional de Estágio (2009), bem como ao projeto ético-político-profissional. Esta formação de qualidade, inclui a articulação e vivência de fato da pesquisa, do ensino e da extensão, contemplando todas, ou a maioria, das possibilidades que este processo de formação fornece.

2.1. Vivência do estágio curricular obrigatório: possibilidades vividas e desassossegos que não se findam com o estágio III

A UFRGS possui uma extensa lista de instituições já cadastradas e com supervisores Assistente Sociais devidamente habilitados para acolher e orientar os(as) estudantes que entrarem em estágio que poderão escolher o campo de atuação conforme a disponibilidade. Entre estes campos, há o Hospital de Clínicas de Porto Alegre⁹ (HCPA), situado próximo ao Campus Saúde desta universidade, onde o curso de Serviço Social está lotado.

No Plano de Estágio do curso de Serviço Social da UFRGS, a diretriz geral é para que o(a) estudante permaneça no mesmo campo e com o mesmo supervisor durante os três semestres de estágio, existindo a flexibilidade em determinadas situações para modificações desde que avaliada pelos supervisores de campo e acadêmico juntamente com o(a) estagiário(a).

Transpondo esta possibilidade para realidade ocorre no primeiro semestre o estágio no Programa de Atenção ao Surdo Severo e Profundo e no segundo e no terceiro semestre o estágio é desenvolvido no Programa de Transplante Hepático Infantil, ambos do HCPA.

A experiência se revela como um processo de visualização das correlações de forças, tanto institucionais quanto profissionais, assim como as diferenças da compreensão e entendimento do porque e como se dá o processo de estágio. As exigências contidas no plano de estágio nem sempre encontram ressonância entre as necessidades do estudante em exercitar a sua base teórica crítica e a práxis do profissional do campo de estágio quando no contato com as demandas do campo sócio-ocupacional. Neste sentido, a universidade através do curso que oferece aos profissionais do Serviço Social, visa reforçar os propósitos do estágio visando minimizar os possíveis entraves que a experiência formativa pode ocasionar. O fato revela a existência de uma realidade em que mesmo garantida uma formação continuada com o curso de supervisores restam, ainda, opiniões diferentes sobre o processo de aprendizado. É importante neste momento problematizar os espaços em que os(as) estudantes estão inseridos e quais são suas reais vivências no decorrer destes três semestres. A supervisão direta e a

⁹O Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, hospital público, geral e universitário, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, localizado no Rio Grande do Sul (RS), na cidade de Porto Alegre, bairro Santa Cecília, atende pacientes advindos de todo o território do RS, como também de outros estados. Este hospital é tido como referência na assistência à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS), por seguir protocolos e normas internacionais de segurança.

atuação da tríade neste processo se mostra um dos fatores mais importantes porque é neste momento que o(a) estudante poderá encaminhar suas dificuldades, angústias, bem como os próprios supervisores, que talvez, não estejam conseguindo lidar com determinadas situações.

O acompanhamento e vínculo criado entre instituição, universidade e os três sujeitos envolvidos mostra como é importante a relação de confiança e reciprocidade entre as partes. As exigências trazidas tanto pela universidade quanto pela instituição colocam ao(a) estagiário(a), a necessidade de organização, a fim de atender as inúmeras atividades propostas.

A Universidade, a partir de seus critérios curriculares, estabelece determinações e objetivos para o acadêmico na fase de estágio, estabelecendo em cada um dos níveis os conteúdos básicos a serem alcançados. O estágio I, apresenta como objetivos:

Inserir o estagiário no espaço sócio institucional para acompanhamento e observação do processo de trabalho do qual o assistente social se insere na organização; Caracterizar os sujeitos usuários e as demandas advindas das diferentes instâncias (usuário, instituição); Identificar as expressões da questão social que perpassam a realidade sócio institucional; Elaborar a análise sócio institucional tendo como referência o materialismo-dialético-histórico; Identificar possibilidades de intervenção nos seus campos de estágio. (UFRGS, 2011, p. 13)

Pode-se perceber, a partir destes objetivos, que a proposta é a aproximação do(a) estudante com a instituição bem como com os usuários. Pode-se avaliar no processo de estágio I, algumas dificuldades de alcançar alguns destes objetivos, como por exemplo a identificação de possibilidades de intervenção. As propostas geradas a partir da observação das demandas, diante da dinâmica institucional via de regra eram desconsideradas logo de início. Isto se deve à baixa autonomia dos profissionais instituídos e, em consequência, para a planificação da intervenção do estagiário no campo sócio-ocupacional.

No entanto não podemos deixar de considerar que este processo de estágio possibilita não só aprendizado ao(a) estagiário(a), mas também para os(as) profissionais e para a própria instituição, sendo esta o campo de estágio. A elaboração da análise sócio-institucional no primeiro semestre auxilia o(a) estudante a entender como funciona a instituição, quais as correlações de forças existentes bem como as relações possíveis, como são realizados os atendimentos e/ou acompanhamentos, vivenciando todas as peculiaridades e diferenciações de um programa para o outro.

A elaboração da análise sócio-institucional, possibilitou inúmeras aprendizagens e vivências, desde as inúmeras visitas ao local onde se encontra o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com vistas a reconhecê-lo e correlacioná-lo com a instituição e seus serviços bem como o reconhecimento dos usuários por meio de análises quantitativas e qualitativas dos(as) usuários(as) já acompanhados, por meio de tabulações que também auxiliaram na aproximação com este espaço.

Já no estágio II, tem-se como objetivos

Construir um projeto de trabalho de acordo com a dinâmica e as contingências do contexto socioinstitucional; Executar o projeto de trabalho articulado às dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo em consonância às exigências cotidianas do trabalho profissional; Acompanhar o trabalho profissional do supervisor de campo na dinâmica sócio institucional; e Aprofundar a análise da política social específica que orienta os serviços, programas e projetos na organização. (UFRGS, 2011, p. 13)

No que se refere ao período de estágio curricular em Serviço Social II, é necessário o aprofundamento dos conhecimentos sobre a instituição e sobre a política em que a mesma está inserida para viabilizar a realização de análises mais profundas no que diz respeito aos atendimentos, acompanhamentos e encaminhamentos. Nesta dinâmica, encontra-se um maior contato com os usuários, podendo muitas vezes, dependendo do(a) aluno(a) e dos(as) supervisores(as) de campo e acadêmico(a) já iniciar alguns atendimentos, inicialmente com a supervisão de campo e em seguida individualmente.

É conhecido o excesso de demandas que o(a) profissional tem no campo em que atua, muitas vezes com contingente de usuários maior que poderia dar conta estabelecendo uma certa autonomia ao estagiário(a) para assumir algumas intervenções, mediante supervisões semanais acadêmicas e de campo. Esta realidade é encontrada em diversos campos de estágio advindo maior necessidade de articulação das três dimensões da atuação profissional para atendimento de toda a demanda trazida pela instituição, pelos usuários e ainda pela universidade.

No processo de estágio II, vivenciado no PTHI do HCPA, foi necessário construir uma nova análise sócio-institucional, em função da troca de setores dentro da mesma instituição. Neste período também pôde ser elaborado um projeto de intervenção que tinha como objetivo a garantia do acesso ao direito a informação. No estágio II, pôde-se vivenciar também os atendimentos e acompanhamentos diretos com os(as) usuários(as), bem como o contato com a

rede sócio assistencial. O relatório de estágio II foi elaborado com base nas ações, diários e nas fundamentações teóricas e práticas deste processo.

A partir da atribuição de maior autonomia referente aos encaminhamentos e atendimento, surgiram inúmeras inquietações, dentre elas, como um(a) estudante conseguirá obter o embasamento teoricamente para os processos de trabalho profissional tendo que atender também as demandas advindas do processo acadêmico, diários, relatórios, escrita da análise, planejamento e escrita do projeto de intervenção? Seria possível a articulação das três dimensões ao meio de inúmeras demandas interventivas do campo? Como as instituições (acadêmicas e de campo) conseguem garantir esta articulação no período de estágio curricular obrigatório? Estas questões surgiram pela reflexão sobre a indissociabilidade entre a teoria e a prática.

No estágio III, os objetivos constituem-se em

Refletir sobre a efetividade e o alcance social do processo de trabalho;
Explicar as alterações realizadas no projeto de trabalho como consequência da análise sistemática e reflexiva da realidade socioinstitucional e social;
Construir análises teórico-reflexivas sobre o cotidiano de estágio e o desenvolvimento da instrumentalidade com qualidade e consistência teórico-metodológica e ético-política. (UFRGS, 2011, p. 13)

O estágio final, ou seja, o estágio III é onde o(a) aluno(a) já possui maior propriedade sobre a instituição, sobre as demandas, acompanhamentos e fazer profissional deste espaço. É nele que executa-se o que já vinha sendo analisado e construído teórica e metodologicamente desde o estágio I, ou seja, o projeto de intervenção. Essa intervenção que indissociabiliza a teoria e a prática desde sua formação até sua execução é trazida como elemento prioritário para a conclusão do estágio bem como para a formação deste profissional.

Sabe-se que em alguns campos, por sua dinamicidade, este projeto pode ser ou não executado em sua totalidade, no entanto cabe também ao estudante conseguir adequar sua metodologia conforme as mudanças ocorridas no campo. É imperativo garantir também a necessária interlocução da tríade para a efetivação do projeto e da articulação das três dimensões neste período que é considerado como indispensável e de suma importância no processo de formação.

Neste período de estágio curricular obrigatório utilização aplicados diversos elementos e instrumentos para o desenvolvimento de intervenções decampo e acadêmicas. No decorrer dos três níveis de estágio em questão é possível vivenciar o contato em reuniões com a rede, entendendo a rede como principal agente que permitirá a continuidade do acompanhamento

do(a) usuário(a). Nesta perspectiva, encontra-se articulada a este contato, um viés político, ético e organizativo a fim de garantir o acesso aos direitos destes(as) usuários(as).

A visita domiciliar (VD), técnica muito utilizada por assistentes sociais, é um dos principais momentos em que o estagiário apreende a realidade em que o usuário encontra-se consegue permite estabelecer uma relação mais próxima deste. No entanto, deve-se compreender claramente os objetivos desta técnica para que não se constitua apenas em uma curiosidade, sem técnica, planejamento e avaliação.

O período de estágio oportunizou vivenciar desde como se realiza as visitas conforme o compromisso ético-político da profissão, como foi possível por meio dos registros em diários e relatórios refletir sobre este instrumento supostamente “simples” mas que analisado e problematizado teórica e analiticamente possibilitaram uma nova apreensão e sentido.

As visitas domiciliares resultam no preenchimento do Protocolo de Atendimento e Prontuário, dois registros de muita importância para o atendimento e acompanhamento do(a) usuário(a), em que a equipe interdisciplinar pode visualizar os registros de forma a assegurar um olhar mais amplo da realidade. Neste sentido, durante o período de estágio, se questiona o que deve ser registrado no prontuário? Este questionamento vai muito ao encontro às reais necessidades da equipe para o acompanhamento interdisciplinar do(a) usuário(a). Algumas informações não devem ser colocadas, pois não implicam na intervenção interdisciplinar. Nesta perspectiva o Serviço Social necessita para além de prontuários online, possuir prontuários exclusivos de seu acompanhamento, para que consiga manter o sigilo ético e necessário para o desenvolvimento de intervenções com os(as) usuários(as).

O diário de campo é um dos principais instrumentos utilizados pelo(a) estagiário(a) e é nele que é realizada a descrição das suas ações e a reflexão crítica e analítica destas. Nestes escritos a maior dificuldade encontrada foi conseguir articular na escrita o relato da vivência articulada a teoria. Este é o momento onde mais se destaca a fragilidade que o(a) aluno(a) tem em articular a teoria e a prática. Mesmo atuando de forma indissociável, tendo por trás das intervenções um aparato teórico, no momento em que é necessário escrever a respeito, fica evidente o imenso distanciamento da escrita e da vivência planejada sob um viés teórico.

No diário de campo, por ter-se que ter além de um relato, uma reflexão crítica e analítica deste, da atuação em si até a realidade que perpassa a mesma, se faz necessário um distanciamento a ser realizado para uma melhor compreensão e análise dos fatos. Ainda o

diário de campo registra a ação cotidiana individual do profissional. No entanto, ele não pode ser apenas um registro da ação; ele deve conter, também, as impressões, a análise do trabalho do dia, as sugestões de mudança, as tarefas do dia seguinte. Esse é um importante recurso técnico e, como ele possibilita uma riqueza muito grande de informações do trabalho, é necessário priorizá-lo.

O diário foi o instrumento mais utilizado no processo de estágio e foi a partir dele que a supervisora acadêmica conseguiu acompanhar, refletir em conjunto, analisar os avanços de cada estagiária, apontando dificuldades, esclarecendo intervenções, auxiliando nas demandas. A partir deste instrumento pôde-se acompanhar todo o processo de estágio. Este foi um dos dispositivos das “crises de escrita “ quando o(a) estudante se dá conta de sua dificuldade de sistematizar o vivido de forma objetiva e fundamentada teoricamente utilizando um vocabulário técnico. Este processo é muito importante, intenso de idas e vindas, até que o(a) estagiário(a) consiga expressar na escrita para além de um relato da sua vivência, configurando-o como uma análise crítica e conceitual do vivido.

Os relatórios realizados a cada final de semestre também são instrumentos de avaliação, planejamento, análise crítica e acompanhamento deste processo. No qual o(a) aluno(a) sistematiza todo o conhecimento adquirido a partir da vivência do estágio. Estes relatórios, por sua vez, conseguem minimamente sintetizar a indissociabilidade das três dimensões, pois as questões a serem garantidas por este instrumento englobam desde o fazer profissional até a reflexão crítico/analítica do(a) estagiário(a) perante o processo em que se insere.

As entrevistas são os momentos em que se pode vivenciar a relação estagiário(a) e usuário(a) e é nela que se dá a aproximação e se estabelece o vínculo para conseguir dar seguimento ao atendimento. Nas entrevistas pôde-se diversas vezes, perceber ruídos nas informações passadas e as interpretações dos usuários(as), que além de todo o sofrimento da doença, ainda não conseguiam entender de fato o que acontecia. O Serviço Social, como garantidor do acesso ao direito à comunicação, deve ser ao máximo compreendido nas terminologias utilizadas entendendo as limitações de cada usuário(a) para trabalhar numa perspectiva que seja acessível a todos.

Na entrevista também se realiza o contato com as demandas advindas do(a) usuário(a), sendo necessário ter clareza das etapas da entrevista, seu objetivo pois sendo um dos instrumentos da prática profissional, estabelece na aproximação e na relação com o usuário a necessidade de conhecimento e intencionalidade do seu processo de trabalho. A entrevista tem

como finalidade colher informações que irão gerar uma avaliação das necessidades e objetivos definidos anteriormente ao fazer uma releitura dos desejos e das deficiências sociais apresentadas pelos entrevistados.

No HCPA, há um momento privilegiado que é o encontro mensal dos(as) estagiários(as), em que podem compartilhar suas vivências e fazendo um estudo a partir da dificuldade maior do grupo. Este foi um momento de muita aprendizagem, pois a troca realizada entre os(as) estagiários(as) proporcionou inúmeras reflexões e análises do fazer profissional. Mesmo sendo reuniões mensais, elas tinham como fruto uma discussão e um estudo aprofundado de tudo que perpassa no processo de estágio no contexto hospitalar.

As técnicas como entrevista, visita Domiciliar, reunião de equipe, por mais que sejam intenções práticas, contém embasamento teórico, planejamento, atitudes éticas, com um viés político. Em cada ação procura-se fortalecer este(a) estudante para realizar a articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa em todas suas ações.

No entanto, compreende-se que esta realidade parece não ser oportunizada de fato, pois entre os supervisores de campo e acadêmico tem-se a instituição. Instituição que objetiva resultados, exige produção, atendimento, relatórios, enfim, exige do profissional que acaba sobrecarregado. As múltiplas tarefas estabelecidas pela demanda institucional resultam na transferência desta realidade para a vivenciado(a) estagiário(a) que, além de se ocupar com as exigências do plano curricular de estágio da universidade, como por exemplo, a elaboração do diário de campo, dos relatórios semestrais e do planejamento e execução do projeto de intervenção, também deve dar conta das demandas institucionais e dos usuários, tendo que realizar entrevistas, escrever nos prontuários online, realizar contatos telefônicos com a rede, entre outras formas.

Em diversos momentos, pôde-se presenciar o distanciamento da teoria e da prática profissional, pois em meio de tantas demandas, “liga-se o automático”, e mecanicamente se começa a dar conta de diversas necessidades, sem o aprofundamento teórico, crítico e analítico que dever-se-ia considerar. Esta realidade é entendida como a vivência da expressão da questão social, cuja precarização do trabalho e polivalência do profissional, faz com que as demandas sejam apenas trabalhadas de maneira imediatizada sem olhar para além do aparente.

Neste momento, questionou-se onde e como poder-se-ia vivenciar a articulação das três dimensões do trabalho profissional. Este questionamento, fez com que percebe-se o quanto ainda é difícil vivenciar a indissociabilidade destas três dimensões.

É esperado que o(a) estudante realize como objetivo interventivo a mediação a partir da análise crítica sobre a realidade posta fazendo uso dos instrumentos que sejam adequados as demandas dos(as) usuários(as) e instituição. Para tanto, a intervenção necessita articular as dimensão da ação profissional que são os eixos necessários a planificação da ação com intencionalidade.

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (Guerra, 1997), e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. No primeiro caso a instrumentalidade articula as dimensões da profissão e é a síntese das mesmas. No segundo, ela possibilita a passagem dos referenciais técnicos, teóricos, valorativos e políticos e sua concretização, de modo que estes se traduzam em ações profissionais, em estratégias políticas, em instrumentos técnico-operativos. Em outros termos, ela permite que os sujeitos, face a sua intencionalidade, invistam na criação e articulação dos meios e instrumentos necessários à consecução das suas finalidades profissionais. (GUERRA, 2000, p. 12-13)

Assim, desde a formação, é necessário apropriar-se de habilidades e competências que articulem as três dimensões do trabalho profissional, sejam elas, ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo com base na indissociabilidade destas dimensões para formação de um profissional crítico, com direcionamento político e articulação teórica e prática.

E este profissional não se constitui apenas e unicamente no estágio curricular obrigatório e nem na formação dentro de uma sala de aula. A formação de qualidade que discute-se, que acredita-se, é aquela que se consegue minimamente vivenciar as oportunidades que são trazidas ao longo da formação. Estas oportunidades podem ser identificadas na participação de projetos de pesquisas e de extensão, de congressos, seminários, escrever, publicar e apresentar artigos. E esta realidade pôde-se vivenciar em todos os momentos deste processo.

A extensão proporcionou outro cenário de prática, outra realidade fora dos muros hospitalares e da universidade ao viabilizar a participação em Seminários e Congressos, sediados em diversas cidades do país, ou ainda, a publicação de artigos até mesmo em livro.

Ela apresentou um fazer profissional sabendo olhar, tocar, ouvir, falar, sentir. A extensão também propiciou a articulação entre as três dimensões, inserindo outras tantas esperadas habilidades de um profissional do Serviço Social. Habilidades, estas, que influenciam diretamente na atuação do assistente social em relação aos (as) usuários (as) e serviços. Estas habilidades, que vão para além de qualquer aprendizado teórico/prático, representam uma possibilidade potente da indissociabilidade do real com tudo aquilo que se aprende por ideal.

As experiências e vivências na extensão universitária em comunidade, corresponderam a 4 anos e meio, dos 5 anos e meio utilizados para conclusão da formação. O significado desta prática formativa representa o grande diferencial que na sua prática revela como aprender a ser Assistente Social. A comunidade mostra em sua plenitude a realidade expondo as contradições e desafios que se apresentam à profissão diante de uma sociedade injusta e desigual. É a partir do exercício do olhar crítico e analítico sobre a realidade se consegue articular mediações para transformação da realidade a partir das mazelas do cotidiano.

O estágio e a extensão representam a oportunidade e oferecem a possibilidade de unir e visualizar a indissociabilidade da teoria e da prática é sem dúvida a ocasião em que os (as) estudantes mais apreendem o que é ser Assistente Social. Conseguindo de fato internalizar para que e para quem o profissional de Serviço Social trabalha.

3. AS DIMENSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICA, TÉCNICO-OPERATIVA E ÉTICO-POLÍTICA E SUA ARTICULAÇÃO COM O ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

A dimensão teórico-metodológica, coloca-se na perspectiva de apreender a realidade a partir da teoria social crítica, em que busca a análise do todo em sua dinâmica constante, desde sua gênese, até o momento. A dimensão teórico-metodológica está embasada nas diretrizes curriculares, como já mencionado anteriormente. No entanto

Considerando que o processo de formação é único, a supervisão deve se orientar por todos os documentos que o embasam e normatizam para que atue segundo o eixo teórico-metodológico do curso, complementando a formação do aluno nos aspectos pertinentes à prática. Sendo o estágio o momento em que se dá a construção da identidade profissional do aluno, tanto este como o supervisor devem estar envolvidos num processo de reflexão e crítica alicerçado nos conhecimentos teóricos-metodológicos do Serviço Social, o que implica uma ação planejada e sistematizada em conjunto por instituição de formação e campo de estágio. (LEWGOY, 2010, p. 162)

A aproximação com esta dimensão inicia ao longo da caminhada acadêmica, no entanto, ela “não é dada, mas construída, e, como tal, precisa ser alimentada, atribuição que compete aos supervisores e alunos” (LEWGOY, 2010, p. 163). A autora ainda traz a necessidade do aluno e supervisor ter como base uma postura investigativa em que pese o conhecimento teórico e técnico.

Para um olhar mais amplo desta dimensão é necessário ter uma apropriação dos fundamentos da profissão, a partir de documentos e regulamentações da profissão, como o Código de Ética, Lei de Diretrizes e Bases, parâmetros de atuação, etc., para assim, fortalecer o embasamento teórico necessário para uma melhor intervenção técnica.

O que compete à teoria é revelar as mediações que constituem a prática, é mostrar que a prática é um processo histórico determinado pela ação do homem, é referenciar a prática e, dentro dela, os instrumentos e técnicas. O que cabe à teoria, nesse sentido, é oferecer subsídios na utilização desses instrumentos, ou seja, imputar a eles a finalidade, a análise, o conceito, o conteúdo; dar a eles significado próprio, condizente com os princípios fundamentais da teoria que os orienta. (SANTOS, 2010, p. 85)

Para que o(a) discente, tenha a possibilidade de conhecer a realidade em que está se inserindo, é necessário um aporte teórico da instituição, em que busque evidenciar as dinâmicas ali presente, bem como suas relações. A dimensão teórico-metodológica é de suma importância no que tange ao reconhecimento tanto do espaço sócio-institucional, usuários, e dos profissionais, como também das possibilidades efetivas de intervenção a partir de um olhar crítico.

Cabe ressaltar, que não apenas a teoria, mas também, a dimensão ético-política, traz consigo uma aproximação com a realidade, no que diz respeito ao olhar crítico e interventivo do(a) aluno(a). A ética, traz consigo, a necessidade de um olhar mais profundo perante as dinâmicas relações que se apresentam no espaço. Decifrando “no cotidiano as contradições, as singularidades e as dimensões universais e particulares projetadas pela visão macroscópica sobre a questão social. [...]” (LEWGOY, 2010, p. 152).

A dimensão ético-política coloca em pauta a formação de um(a) aluno(a) com postura crítico-analítica, em que busca-se evidenciar as possibilidades, levando em consideração o movimento contraditório da sociedade. A formação ético-política, busca

[...] um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IMAMOTO, 2008, p. 171-172)

Esta dimensão é de suma importância pra o exercício profissional, embasado nos fundamentos da profissão e que condiz com as mudanças societárias presentes no cotidiano.

Já a dimensão técnico-operativa, encontra-se vinculada aos elementos técnicos e instrumentais necessários ao desenvolvimento da intervenção profissional. Resumidamente, refere-se aos meios de trabalho utilizados pelo assistente social, os quais envolvem técnicas, conhecimentos e habilidades. Todavia, cabe lembrar que as dimensões são indissociáveis, estando continuamente articuladas umas às outras

Tal articulação entre as dimensões exige ainda, conforme aponta Lewgoy (2010), o assentamento do projeto educacional do curso, caso contrário, corre-se o risco de formar os alunos apenas para os interesses do mercado, negligenciando a dimensão política da profissão. Segundo Lewgoy (2010, p. 172), “[...] no escopo da dimensão técnico-operativa, a divisão entre saber e fazer se explicita.”. As exigências que traz a dimensão técnico-operativa, se dá a partir da clareza crítica sobre o trabalho do assistente social na sociedade brasileira, das possibilidades e limites do aluno, do profissional e da instituição no desenvolvimento profissional, tendo uma supervisão articulada ao projeto profissional. Uma das dificuldades de se efetivar esta dimensão articulada com as demais, é o descompasso entre o acúmulo, o debate e a reflexão sobre o conhecimento produzido e uma escassa produção e publicização de conteúdos sobre a instrumentalidade do Serviço Social. Aprender o campo de mediações dos espaços profissionais a partir da identificação das demandas aparentes (institucionais e dos usuários), da compreensão própria da questão social e dos fenômenos em sua totalidade dimensiona a ação profissional clareando possibilidades de intervenção.

Direciona e fundamenta a prática profissional, pois segundo o materialismo histórico-dialético, a mediação estabelece a passagem da teoria para a prática. Visa ir além da aparência (do imediato) para alcançar a essência dos fenômenos sociais, conforme Pontes (1997), “as mediações estão centradas na tríade singularidade – universalidade – particularidade”.

Utilizada na operacionalização do trabalho do Assistente Social constitui sua competência técnico-operativa. Pois, conforme Martinelli (1993) “as mediações expressam-se pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude.” (p. 136)

Sendo a categoria mediação central na operacionalização do trabalho profissional; as estratégias de intervenção um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional; e a instrumentalidade a capacidade que o Serviço Social tem adquirido na sua trajetória histórica de responder às demandas da sociedade, às requisições socioinstitucionais e às finalidades profissionais (LEWGOY, 2010, p.169). Resumindo-se no como e para que fazer, buscando instrumentos (meios em que se realiza a ação) e técnicas (habilidade no uso do instrumental).

A inserção do(a) estudante de serviço social nos diferentes espaços socioinstitucionais que constituem campo de estágio, possibilitam o conhecimento prático das interfaces que compõem o ambiente de trabalho profissional, através do conhecimento da instituição, do acompanhamento e observação do trabalho do assistente social, e visibilidade da efetivação das dimensões da profissão atreladas ao trabalho profissional nos diferentes espaços de intervenção.

Neste sentido Lewgoy (2010, p.184), reforça a importância da supervisão de estágio neste processo como “espaço de mediações entre formação e exercício profissional e espaço afirmativo de formação, alicerçada nas bases teóricas do projeto profissional”, fator imprescindível na composição da formação profissional.

Como já mencionado, a articulação entre a formação e o exercício profissional; visa à junção entre teoria e prática, a fim de proporcionar ao(a)estudante a experiência profissional aliada à contextualização curricular. Proporcionando a reflexão crítica sobre a realidade; superação da imediatividade, numa perspectiva de totalidade social, com o envolvimento mútuo dos sujeitos que integram a tríade (estudante, supervisor de campo e supervisor acadêmico), tendo como base o planejamento, execução, sistematização e análise da prática. Assim

A exigência que hoje está posta é a de construção de um processo de supervisão no contexto do projeto ético-político, ressaltando-se a importância de pensar criticamente os instrumentos técnico-operativos da profissão. Sem esses, a profissão não ganha concretude, não se operacionaliza, pois nenhuma prática social pode se efetivar sem o uso de instrumentos adequados. (MARTINELLI, 1993 apud LEWGOY, 2010, p. 179).

Para Nunes (2010) o estágio em Serviço Social têm

[...] em Serviço Social têm no horizonte o projeto ético-político hegemônico da categoria, alicerçado nos valores de liberdade, democracia e na luta por uma sociabilidade sem exploração de classe, etnia, gênero, tendo como uma das suas expressões, a formulação de um projeto de formação profissional, consubstanciado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social aprovadas em 1996 pela ABEPSS. Por meio da articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas busca-se a formação de um profissional crítico, propositivo, interventivo, comprometido com a universalização dos direitos, a socialização da riqueza, enfim, com a construção de uma nova ordem social. (p. 07)

Evidencia-se, assim, a necessidade de articulação que perpassasse as três dimensões fundamentais para a ação profissional do assistente social desde sua gênese de formação. As dimensões quando não indissociáveis acabam por remeter a um trabalho ou tecnicista ou então teoricista, sem levar em consideração a realidade e as necessidades postas no campo sócio-institucional.

3.1. Reflexões sobre a indissociabilidade das dimensões no estágio a partir de breve análise das produções teóricas do Serviço Social

Procurando responder algumas inquietações que iniciaram no processo de estágio curricular obrigatório, buscou-se a realização de uma pesquisa teórica a partir de publicações no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), dos anos de 2007, 2010 e 2013; Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), dos anos de 2010, 2012 e 2014; Revista Serviço Social e Sociedade de 2010 a 2015, Revista Temporalis do segundo semestre de 2010 a 2015, e por fim nas Teses e Dissertações da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, no período de 2005 a 2015¹⁰, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS¹¹, esta desde o início¹² do curso de mestrado e doutorado.

¹⁰ Este recorte temporal, se dá por conta de ter-se acesso ao acervo digital do programa de pós-graduação a partir do ano de 2005.

¹¹ Optou-se por estas duas por serem as duas mais antigas Unidades de Formação do país e por terem acervo de fácil acesso para consulta de produções do Serviço Social.

¹² O início do curso de pós graduação da PUCRS foi em 2000.

Este trabalho de Conclusão de Curso buscou analisar como se dá a vivência das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política durante o processo de estágio em Serviço Social com vistas a identificar como estas dimensões se articulam.

Para tanto, iniciou-se a investigação buscando nos bancos de dados, acima mencionados títulos de trabalhos que continham as palavras-chave: Técnico-operativo, teórico-metodológico, ético-político, teoria, prática, estágio, supervisão, dimensões e eixos. Após esta primeira classificação, iniciou-se a leitura de todos os resumos e palavras-chave, a fim de analisar quais publicações de fato discorreriam a respeito do estágio na formação profissional e a articulação das três dimensões.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais ocorre trienalmente e traz consigo temas que estejam sendo atuais e de grande relevância para a categoria.

Inicialmente serão apresentadas as sistematizações por cada encontro e, ao final, será feita a análise articulando os dados dispostos de modo mais pontual nas tabelas individuais.

O XII CBAS, que ocorreu no ano de 2007, com o tema “A Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista, resistência de classe e Serviço Social”, teve um total de 835 trabalhos aprovados. Entre estes trabalhos aprovados, teve-se, a partir do levantamento realizado no eixo Formação, correspondendo as categorias de análise:

Tabela 1 – Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XII CBAS.

Categoria	Quantidade de Produções
Estágio	08
Teoria e Prática	02
Dimensão ético-político	02
Três Dimensões (ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa)	02
Total	14

Fonte: MARMITT, 2016

O XIII CBAS que ocorreu no ano de 2010, com o tema “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”, teve um total de 1132 trabalhos aprovados.

Tabela 2 - Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XIII CBAS

Categoria	Quantidade de Produções
Estágio	16
Teoria e Prática	01
Dimensão Teórico-metodológica	01
Dimensão Ético-política	01
Teoria	01
Total	20

Fonte: MARMITT, 2016

O XIV CBAS que ocorreu no ano de 2013, com o tema “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais”, teve um total de 1120 trabalhos aprovados. Entre estes trabalhos aprovados, teve-se, a partir do levantamento realizado no eixo Formação referente as categorias analisadas:

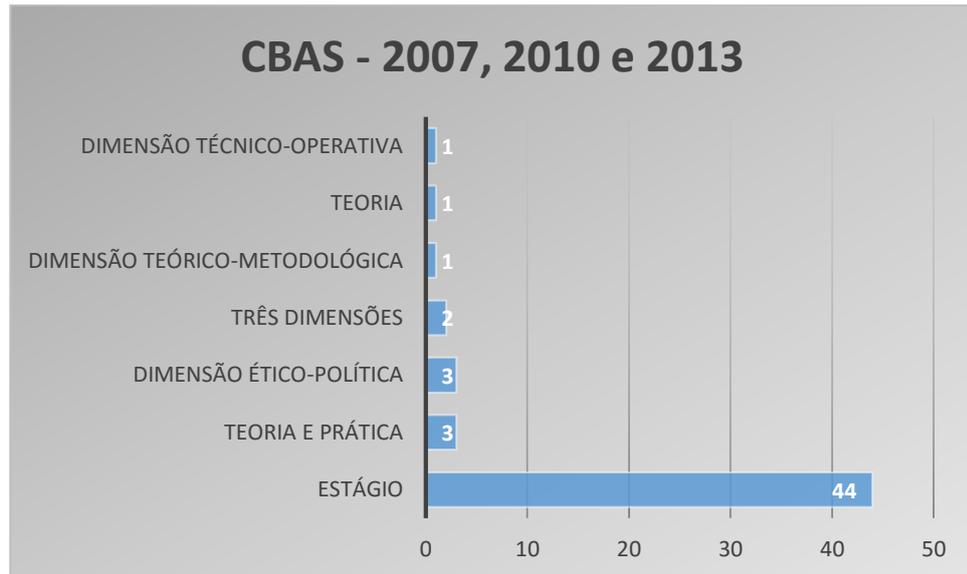
Tabela 3 - Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XIV CBAS

Categoria	Quantidade de Publicações
Estágio	20
Dimensão Técnico-operativo	01
Total	21

Fonte: MARMITT, 2016.

A busca por trabalhos publicados nos últimos três CBAS revelou como resultado o total de 55 trabalhos nas categorias de análise investigadas, sendo estes distribuídos conforme o Gráfico 1. O Gráfico 1 apresenta os eixos de análise em esquema apropriado para auxiliar a observação entre as diferenças quantitativas das publicações pesquisadas nos CBAS de 2007, 2010 e 2013.

Gráfico I – Total de trabalhos aprovados nos CBAS por categoria analisada



Fonte: MARMITT, 2016.

Na leitura dos resumos e palavras-chave, identificou-se 1(2%) artigo que versa sobre a dimensão técnico-operativa, 1(2%) especificamente da teoria, 1(2%) da dimensão teórico-metodológica, 2(4%) que referem sobre as três dimensões, 3(5%) sobre dimensão ético-política, 3(5%) da relação teoria e prática e 44(80%) artigos relacionados ao estágio em Serviço Social.

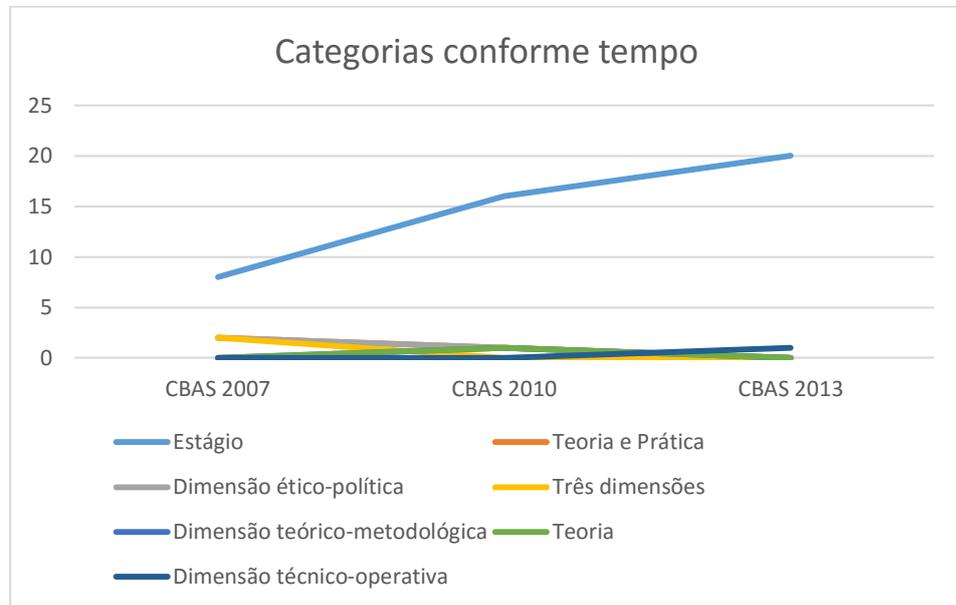
No total de trabalhos aprovados nos três CBAS, totalizou 3087, sendo 55 o total de trabalhos aprovados com as categorias, o que representa 1,78% sobre o número total de trabalhos aprovados em todos estes Congressos. Assim percebe-se a pouca produção sobre o estágio em Serviço Social. O estágio como sendo um dos espaços primordiais para a constituição do ser Assistente Social, deveria de fato ser um dos temas mais recorrentes nestes espaços de socialização de conhecimento que também se configuram como espaços de formação.

A necessidade de ter-se mais produções referente ao estágio e tudo aquilo que perpassa o mesmo, vem ao encontro do que espera-se tanto da formação quanto da atuação profissional. Sendo

O Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, deve, responder, por meio do seu exercício profissional, às atuais demandas colocadas pelo mercado de trabalho e também requalificar o fazer profissional, reconhecendo e conquistando novas alternativas de ação. (OLIVEIRA, 2004, p. 65)

Assim, compreende-se a necessária produção e representação do conhecimento para que possa-se trazer pra discussão a realidade no processo de estágio curricular obrigatório, que configura-se um dos momentos mais importantes do processo de formação profissional.

Gráfico 2 – Artigos que versam sobre as categorias por ano de CBAS



Fonte: MARMITT, 2016

O Gráfico II demonstra que a tendência na produção de artigos sobre o tema estágio tem se mantido em crescimento na sua relação temporal com os demais assuntos abordados pela pesquisa. Há um arco positivo e significativo em números que concretos favorecem o entendimento e a pertinência do tema para a categoria profissional.

No entanto, percebe-se que após o ano de 2010, ano em que tem-se a Política Nacional de Estágio, os trabalhos com a categoria estágio aumentaram gradativamente. Isso se reflete na importância de ter-se a regulamentação das especificidades da formação em Serviço Social. No entanto as outras categorias de análise não parecem ser muito trabalhadas em publicações, o que talvez traga questões do que se está produzindo de fato a respeito do estágio. No momento em que não se traz a teoria e a prática, nem mesmo as três dimensões profissionais de que estágio está se falando? Que tipo de processo se reflete, e como é pensado na formação profissional? Estas questões também nortearam a análise realizada nos bancos de dados pesquisados.

Assim revela-se na atualidade a imensa necessidade de problematização da formação, frente as demandas de uma sociedade capitalista e em continua transformação. É necessário,

reforçar a direção que o Serviço Social acredita e luta para que se consiga uma sociedade mais justa e conforme os princípios do Código de Ética.

O Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social¹³, ocorre bianualmente, retratando a atualidade das pesquisas e produções científicas desenvolvidas pela categoria profissional.

O XII ENPESS que ocorreu no ano de 2010, com o tema “Crise do capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”, teve um total de 1293 trabalhos aprovados.

Tabela 5 - Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XII ENPESS

Categoria	Quantidade de Publicações
Estágio	15
Teoria e Prática	1
Prática	1
Três Dimensões (ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa)	1
Total	18

Fonte: MARMITT, 2016

O XIII ENPESS que ocorreu no ano de 2012, com o tema “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão” teve um total de 1343 trabalhos aprovados.

Tabela 6 - Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XIII ENPESS

Categoria	Quantidade de Publicações
Estágio	25
Teoria e Prática	1
Dimensão Ético-política	1
Três dimensões	1
Total	28

¹³ Tanto do ENPESS quanto do CBAS, procurou-se em sites oficiais, como ABEPSS e CFESS o objetivo real de cada evento e sua história, no entanto não foi possível encontrar.

Fonte: MARMITT, 2016.

O XIV ENPESS que ocorreu no ano de 2014, com o tema “Lutas sociais e produção de conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital” teve um total de 1027 trabalhos aprovados.

Tabela 7 - Resultado da busca de trabalhos aprovados nas categorias de análise no **Eixo Formação** do XIV ENPESS

Categorias	Quantidade de Publicações
Estágio	18
Teoria e Prática	6
Dimensão Ético-política	3
Dimensão Técnico-operativa	2
Três dimensões (ético-político, teórico-metodológica e técnico-operativa)	1
Dimensão Teórico-metodológica	1
Total	31

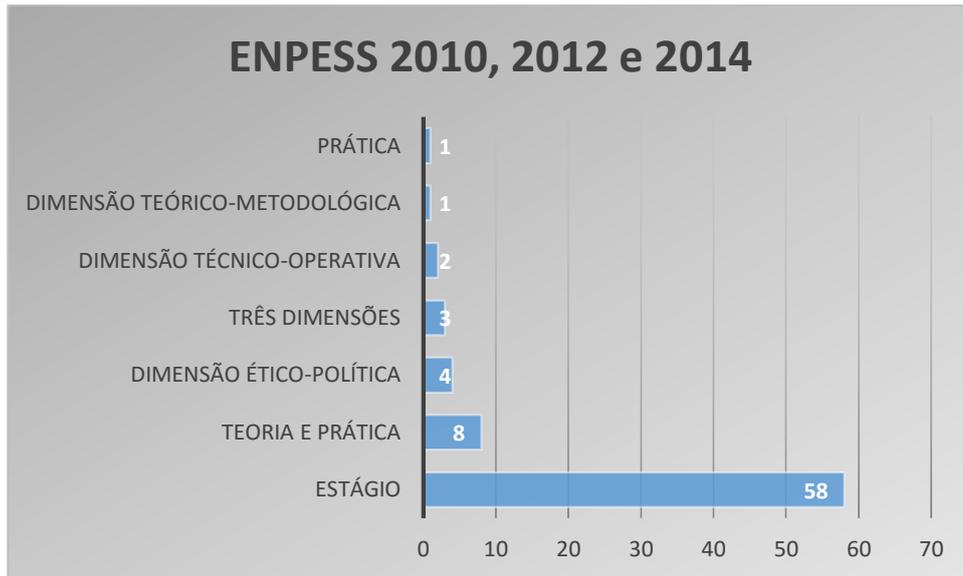
Fonte: MARMITT, 2016.

Destaca-se que dentre o total de trabalhos 3663 aprovados e publicados nos ENPESS analisados, houve a produção de 58 trabalhos sobre o tema Estágio no Eixo Formação representando 1,58% sobre o total de publicações.

Foram no total de 77 publicações no total dos ENPESS, referentes as categorias de análise, representando um total de 2,10% sobre o número total de produções.

O Gráfico 3 apresenta a produção de artigos de pesquisa publicada nos anais dos ENPESS investigados e elabora os eixos de análise em esquema apropriado para auxiliar a observação entre as diferenças quantitativas das publicações pesquisadas nos ENPESS de 2010, 2012 e 2014.

Gráfico 3 - Total de trabalhos aprovados nos ENPESS por categoria analisada

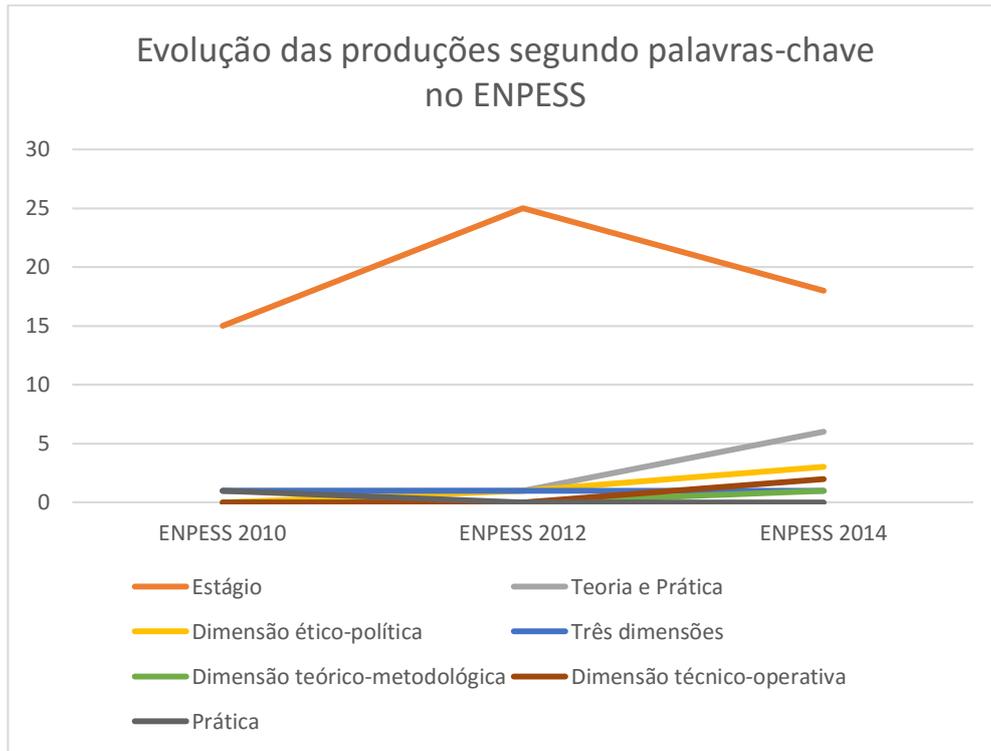


Fonte: MARMITT, 2016.

Na leitura dos resumos e palavras-chave, identificou-se 1(1%) sobre a dimensão teórico-metodológica, 1(1%) especificamente sobre a prática, 2(3%) artigos que referem sobre dimensão técnico-operativa, 3(4%) que referem sobre as três dimensões, 4(5%) sobre a dimensão ético-política, 8(11%) sobre a relação teoria e prática e 58(75%) artigos relacionados ao estágio em Serviço Social.

Verifica-se, da mesma forma como no CBAS, quantitativamente a produção científica sobre o tema estágio prevalece sobre o total de trabalhos apresentados no ENPESS. Ou mais especificamente, 75% (58) dos artigos tratam de discutir diretamente o estágio, contra apenas 11% (8) de artigo que se referem à articulação da teoria e prática profissional. Neste sentido, também entre os pesquisadores se manifesta a necessidade de produzir matéria de análise para o aprimoramento do processo de estágio.

Gráfico IV - Artigos que versam sobre as categorias por ano nos ENPESS



Fonte: MARMITT, 2016

O Gráfico IV demonstra que a produção de artigos sobre o tema estágio, traz uma tendência dos pesquisadores de manter uma média produtiva elevada, em relação as demais categorias analisadas nas três edições do encontro. Estas possuindo pequena evolução numérica.

Também no ENPESS, nota-se uma crescente publicação de trabalhos referente ao estágio logo após a PNE (2010), estas produções em geral coloca em discussão a regulação do estágio em Serviço Social, trazendo as Leis e resoluções que permeiam este processo.

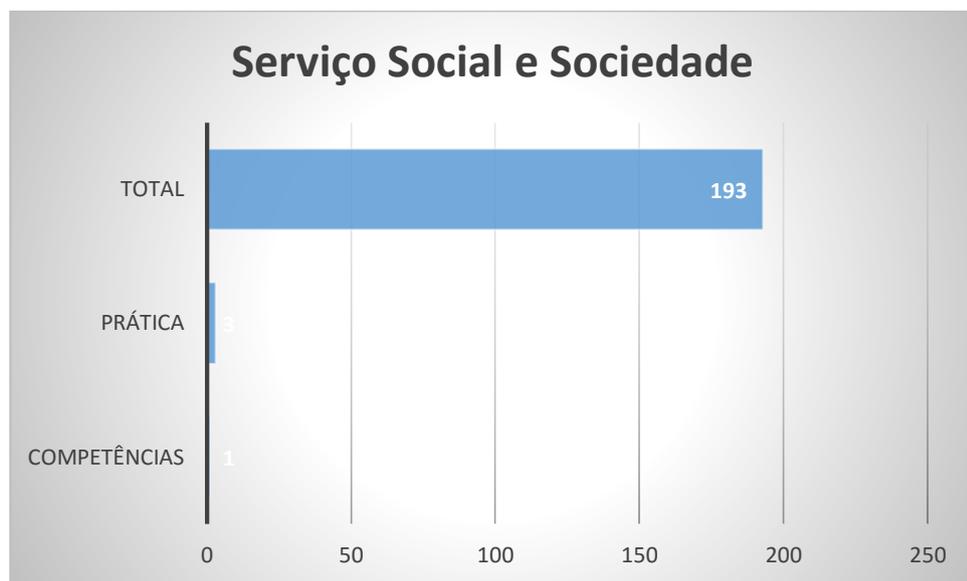
No entanto, cabe ressaltar, que o gráfico também mostra a pouca produção das outras categorias, assim como no CBAS. Declarando ainda uma fragilidade em falar do processo de estágio a partir das vivências teóricas e práticas das três dimensões da competência profissional. Assim como também afirma Oliveira (2004)

[...] apesar de o estágio supervisionado ser considerado parte integrante da capacitação dos alunos, estudos realizados no Serviço Social têm mostrado a existência de muitas dificuldades na sua operacionalização. (p. 71)

Estas dificuldades poder-se-iam ser analisadas a partir da escassez de produções científicas que tragam em sua discussão a realização do estágio e suas determinações em quanto espaço constituinte de formação profissional.

Na Revista Serviço Social e Sociedade, a pesquisa foi realizada a partir do ano de 2010 até sua última edição de 2015, teve-se no total de 193 publicações de artigos. Dentre estes, 3 faziam referência a prática profissional e apenas 1 trazia a categoria competências profissionais. As outras categorias e nenhum artigo foram abordadas. Esta revista tem periodicidade de trimestral.

Gráfico 5–Total de publicações na Revista Serviço Social e Sociedade no período de 2010 a 2015



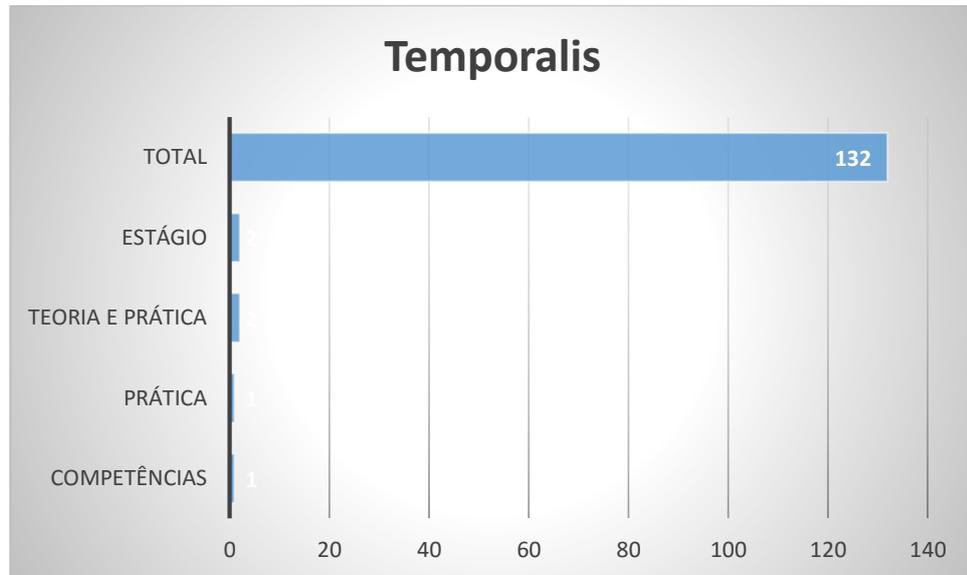
Fonte: MARMITT, 2016.

A revista Serviço Social e Sociedade em seus 193 artigos, nenhum trazia referência ao estágio em Serviço Social. Mesmo em frente a mercantilização e precarização do ensino, traz-se a formação como pauta de discussão, no entanto deixa-se o estágio como apenas uma parte integrante deste processo, e não como também categoria de discussão e análise frente as dificuldades trazidas pela realidade.

Obviamente tem-se que considerar esta única publicação a respeito das competências profissionais, as quais devem também estar presente em todo o processo de formação.

Na Revista Temporalis, a pesquisa foi realizada a partir do segundo semestre do ano de 2010 até sua última edição de 2015, teve-se no total de 132 publicações de artigos, nas seções temáticas e nos artigos de temas livres. Dentre estes, apenas 2 traziam a categoria estágio, 1 versava sobre a prática, 1 sobre as competências profissionais, e 2 sobre a articulação teoria e prática. As outras categorias e nenhum artigo foram abordadas. Esta revista tem periodicidade de semestral.

Gráfico 6 – Total de publicações por categoria analisada na Revista Temporalis no período de 2010 a 2015.



Fonte: MARMITT, 2016

A revista Temporalis, por ser uma revista condicionada a ABEPSS, seu foco maior é a formação. Tendo isso em vista e o número de publicações que a mesma teve sobre as categorias analisadas, tem-se uma preocupação de que se não se produz um número muito alto de trabalhos nos eventos principais da categoria profissional (CBAS e ENPESS), não se produz na revista Serviço Social e Sociedade, e também não aparece de forma expressiva na revista Temporalis, onde, como e com qual qualidade que está sendo discutido teoricamente o processo de estágio e a sua articulação com as dimensões?

Nesta perspectiva, ressalta-se a importância da discussão das três dimensões no processo de estágio, pois este processo este processo de formação “[...] vai além das demandas impostas, pois objetiva ‘preparar’ cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado”. (IAMAMOTO, 1992, p. 163).

O banco de dados da PUCRS, em seus cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), tem-se um total de 237 publicações entre dissertações e teses. O recorte temporal que se teve foi a partir do ano 2000, ano em que iniciou este programa, com apenas uma defesa. A partir da metodologia utilizada, da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, encontrou-se as seguintes publicações conforme as categorias analisadas.

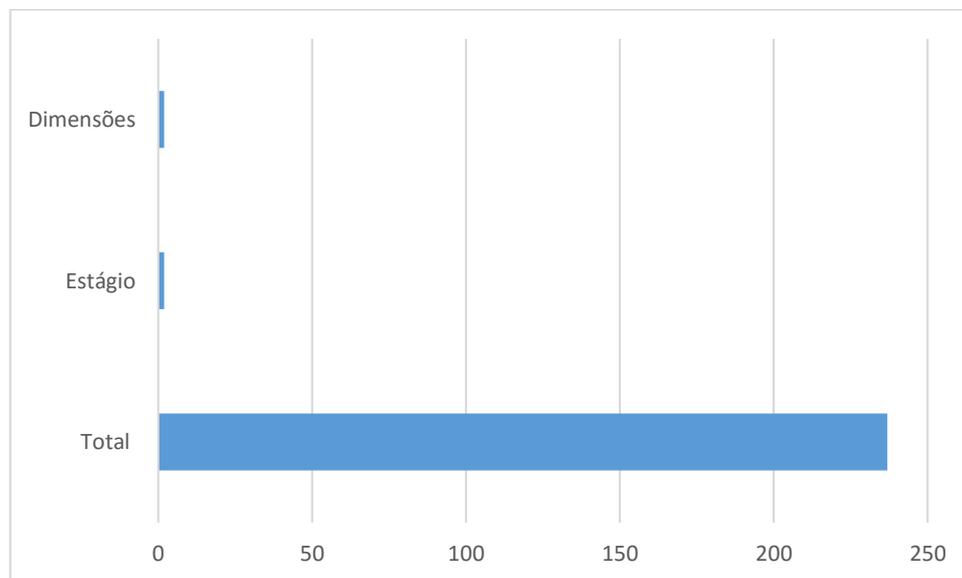
Tabela 8 - Resultado da busca de teses e dissertações publicados no banco de dados da **PUCRS** a partir do ano de 2000.

Categoria	Quantidade de Publicações
Estágio	1 tese + 1 dissertação
Dimensões	2 dissertações
Total	4

Fonte: MARMITT, 2016

O Gráfico 7 destaca e representa esquematicamente os números encontrados no banco de dados da PUCRS auxiliando a visualização dos mesmos.

Gráfico 7 - Resultado da busca de teses e dissertações publicados no banco de dados da **PUCRS** a partir do ano de 2000.



Fonte: MARMITT, 2016.

O banco de dados da PUCSP, em seus cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado), tem-se um total de 493 publicações entre dissertações e teses. O recorte temporal que se teve foi a partir do ano 2005, tendo em vista que é a partir deste ano em que encontram-se as publicações digitalizadas no site da universidade. A partir da metodologia utilizada, da leitura de títulos, resumos e palavras-chave, encontrou-se as seguintes publicações conforme as categorias analisadas.

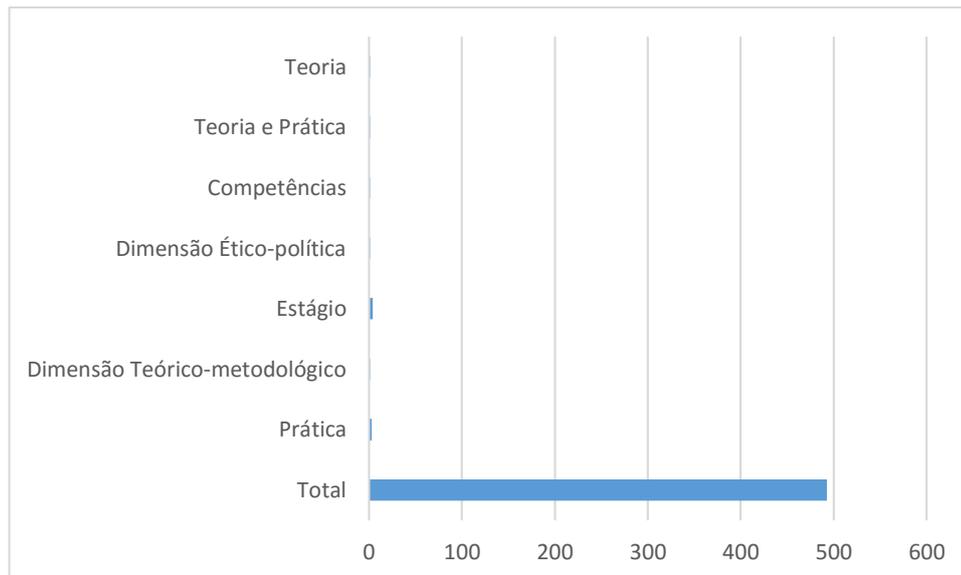
Tabela 9 - Resultado da busca de teses e dissertações publicados no banco de dados da **PUCSP** a partir do ano de 2005.

Categorias	Quantidade de Publicações
Prática	1 tese + 2 dissertações
Dimensão Teórico-metodológica	1 tese
Estágio/Supervisão	2 teses + 2 dissertações
Dimensão Ético-política	1 tese
Competências	1 tese
Teoria e Prática	1 dissertação
Teoria	1 dissertação
Total	12

Fonte: MARMITT, 2016.

O Gráfico 8 é a representação esquematizada da busca quantitativa de teses e dissertações publicadas pela PUCSP *online* para desta forma destacar e auxiliar a visualização dos mesmos.

Gráfico 8 - Resultado da busca de teses e dissertações publicados no banco de dados da PUCSP a partir do ano de 2005.



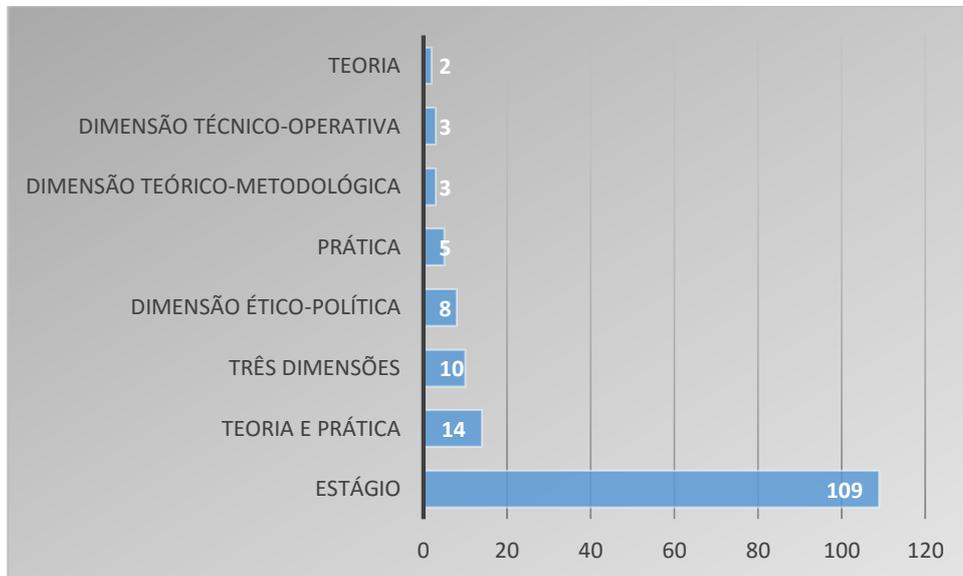
Fonte: MARMITT, 2016

Os números investigados e revelados na busca indica que as teses e dissertações a respeito das categorias vem reafirmar a pouca produção que tem-se a respeito deste processo na formação profissional.

Analisando o total de publicações em toda a base de dados, entre o total de 7805 publicações tem-se 109 trabalhos referentes ao estágio em Serviço Social, 14 a respeito da

teoria e prática, 10 sobre as três dimensões, 8 sobre a dimensão ético-política, 5 sobre a prática, 3 sobre a dimensão teórico-metodológica, 3 sobre a dimensão técnico-operativa e 2 sobre a teoria. Conforme representação no gráfico 9.

Gráfico 9 – Total de publicações por categoria de análise de todos os bancos de dados



Fonte: MARMITT, 2016.

Estes dados mostram o quanto ainda escreve-se pouco em relação a essas categorias primordiais no processo de formação do Assistente Social e o quanto ainda se individualiza as discussões. No momento em que discute-se a teoria, ela não poderá ser vista e trabalhada sem que esteja articulada com a prática, como vice-versa. Percebe-se então que ainda hoje há um hiato na produção de conhecimento referente a indissociabilidade das três dimensões que consequentemente geram a articulação da teoria e da prática profissional.

Se ainda há este hiato na produção de conhecimento, pode-se afirmar que também há na prática, ou seja, no processo de estágio em Serviço Social. Assim, percebe-se a fragilidade e resquícios que ainda tem-se de uma passagem de uma profissão praticista para uma profissão com direcionamento ético-político, que consiga intervir de forma a acompanhar as mudanças de uma sociedade em permanente mudança, tendo como base para atuação a indissociabilidade da teoria e da prática.

No que tange ao conteúdo trazido nestas publicações, pode-se dizer que há um recorte temporal, anterior a 2010 e posterior a este ano. De uma forma mais geral, anterior a 2010 tem-se publicações mais voltadas a uma linha de estágio na formação profissional, seus limites e desafios perante a realidade capitalista. Uma discussão da teoria e da prática e a

importância do estágio nesta linha. Traz-se como elemento constitutivo principalmente, as Diretrizes Curriculares, para a definição e apropriação legal do estágio curricular em Serviço Social. Coloca-se o estágio perante as transformações da sociedade e precarização tanto do ensino superior quanto do trabalho do Assistente Social e os rebatimentos desta realidade no processo de estágio. Assim como coloca-se em uma destas publicações

Sabe-se que o estágio enquanto atividade do processo de formação vivencia as mesmas transformações ocorridas na educação brasileira. Transformações articuladas ao processo de reestruturação econômica, política e social do capital – sob a orientação neoliberal –, que direciona a educação superior para a mercantilização e, conseqüente esvaziamentos e reducionismos. (MARTINS, 2010, p. 4)

O que coloca-se em pauta, é de fato a importância deste processo durante a formação e o quanto a realidade da sociedade capitalista influencia no período de estágio. Traz-se em alguns apontamentos a relação com as três dimensões e projeto ético-político.

A partir de 2010, tem-se uma outra linha de publicação e articulação crítica. Através da Política Nacional de Estágio, começa-se a desenvolver análises a partir do papel dos supervisores, de campo e acadêmico, utilizando também a resolução nº 533/2008. Continua-se com o debate já trazido sobre o lugar do estágio e sua importância perante a precarização do ensino e do trabalho, e também da contrarreforma da educação. Evidencia-se de maneira mais clara o que a profissão possui enquanto regulamentação do estágio e quais os desafios e possibilidades frente as mesmas.

Visando enfrentar esse processo de "desqualificação" profissional o conjunto de órgãos representativos da categoria de Serviço Social, CFESS/CRESS e a ABEPSS, a partir de debates coletivos, construíram instrumentos capazes de ampliar as normatizações e regulamentações da profissão nos últimos anos. A saber, no âmbito do trabalho, via lei n.12.317/2010, acrescenta dispositivo à Lei no 8.662/1993 de regulamentação da profissão, dispondo no artigo "Art. 5o-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais." No campo da formação profissional, a Resolução n.533/2008 que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social, e, no ano de 2010, a Política Nacional de Estágio que traz diretrizes para realização desta atividade conforme o projeto de formação profissional preconizado pela categoria e não pelo mercado[...] (OLIVEIRA, CAPUTI, ALMEIDA, 2014, p. 2)

Representa-se assim, uma qualificação no que tange publicações referentes ao estágio em Serviço Social, podendo ser trazido mais elementos para a discussão. Podendo analisar

Os limites e os desafios postos na prática profissional do assistente social são latentes, por um lado, por força do poder institucional – estar entre a lógica do mercado e a defesa de seu projeto profissional – dificulta a viabilidade para que esse profissional materialize seu projeto ético político profissional e, de outro, um viés conservador imbuído no próprio fazer profissional de alguns assistentes sociais, imputando a possibilidade de organização e

mobilização política, de efetivação das competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa que deveriam dimensionar seu agir profissional. (HONORATO, 2013, p. 3)

Assim, coloca-se como elementos centrais nas discussões trazidas nas publicações, em modo geral, o estágio como centro de análise. Encontrou-se ainda como já visto quantitativamente publicações que referenciam as outras categorias de análise, estas dissertavam da necessária e em alguns momentos coloca-se longínqua e em outros momentos superada articulação da teoria e da prática. No que tange as dimensões da competência profissional, traz-se geralmente elas separadas, em pontos bem específicos de cada uma, necessitando um aprofundamento crítico/reflexivo destas indissociavelmente.

Estes achados, configuram-se como iniciais, e que necessitam uma imersão e aprofundamento dada a sua importância para a formação e atuação profissional.

CONCLUSÕES

O Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou aprofundar umas das maiores inquietações que teve-se durante o processo de formação. A realidade vivenciada a partir do estágio curricular obrigatório fez com que inúmeras indagações fizessem parte desta jornada.

Os capítulos trazidos neste trabalho, nada mais são, do que resultado de uma busca por respostas e uma construção destas. Desde o capítulo I até o III, procurou-se evidenciar e resgatar como este processo histórico profissional e de formação se interligam. A trajetória profissional, suas mudanças e conquistas, trazem consigo também mudanças no ser e fazer do Assistente Social, o que modifica não só sua atuação, mas também a sua formação. Nesta perspectiva, ressalta-se a importância da análise sócio histórica da profissão (capítulo I), a construção de uma formação crítica com embasamento teórico e prático. Tendo esta vivência muito focada no plano de estágio curricular obrigatório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que busca-se a garantia na relação teoria e prática, buscando instrumentos e técnicas para tal (capítulo II). No intuito de investigar a relação das dimensões da competência profissional a partir do estágio curricular obrigatório, realizou-se a pesquisa bibliográfica, a fim de ir ao encontro deste modo de compreender o que é o estágio e qual sua importância para a categoria profissional.

A escolha do tema de discussão, partiu da própria vivência do estágio, pois nele, percebeu-se, a partir da realidade, que articular a teoria e prática vai muito além do fato de embasar teoricamente relatórios de atuação prática. Esta indissociabilidade técnica, teórica, prática, ética e política, parte de uma perspectiva social crítica, perante a necessidade de fortalecer o direcionamento político da profissão.

Ao concluir este trabalho, iniciou-se uma retrospectiva da formação, as dificuldades encontradas justamente no tema da pesquisa, estas dificuldades de articulação da teoria e da prática, em que pôde-se vivenciar, em alguns momentos nesta trajetória. Esta análise é fundamental para se dar conta das fragilidades ainda encontradas em alguns momentos de graduação.

Por mais que tenham-se mecanismos para que o(a) estudante vivenciar de fato esta articulação, é necessário estar atento as mudanças que permeiam cada estudante em sua singularidade. A dificuldade de escrita, de leitura, de sistematização, de expressão dos sentimentos, são pontos em que os supervisores de campo e acadêmico devem estar atentos, pois são a partir desta sensibilidade que poderão auxiliar na formação deste(a) estagiário(a).

A discussão deste TCC, considera-se fundamental para a categoria profissional, pois nela reflete o que está ou não está sendo publicado sobre o tema, e ainda a importância de ter-se o estágio como foco de análise na formação profissional. Neste sentido, a importância reflete diretamente aos supervisores de campo e acadêmicos, bem como para o próprio estagiário.

A sociedade necessita de profissionais conforme o direcionamento ético-político desta profissão, pois a mesma problematiza e vai além do aparente, buscando alternativas de intervenção a partir das realidades apresentadas a fim de garantir o acesso ao direito. Para tanto a formação, o estágio curricular tem que dar conta destas habilidades e competências para que enquanto profissional o estudante consiga trabalhar conforme estes preceitos.

Nesta perspectiva cabe ressaltar que é necessário encontrar alternativas, assim como o Curso de Supervisores da UFRGS, para que tenha-se possibilidades de qualificação na processo de formação em Serviço Social, mesmo frente a tantas dificuldades de precarização e mercantilização do Ensino.

Também, a necessária articulação do ensino, pesquisa e extensão, tendo a extensão e a pesquisa também como campo de atuação e aprendizado teórico-prático e de indissociabilidade das três dimensões da competência profissional.

Para além, é necessária uma maior discussão da realidade do processo de estágio curricular obrigatório na categoria profissional, a partir da precarização tanto do trabalho quanto do ensino. Levando em consideração toda a singularidade e particularidade de cada modalidade de formação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. História, 2016. Disponível em <<http://www.abepss.org.br/historia>>. Acesso em: 17 jun. 2016

ARAÚJO, Camila Cristina Carvalho de; MARIANO, Valquiria Alves; NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo. Estágio Supervisionado em Serviço Social: avanços, desafios e resistências. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora/MG, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. “Fundamentos éticos do Serviço Social”. Texto aplicado à 2ª disciplina do Curso de pós-graduação: Serviço Social - Direitos sociais e competências profissionais. CEAD UNB. 2009. p 1-24.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 25 set. 2008.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior. Diretrizes curriculares da ABEPSS 1999. Disponível em: . Acesso em: 17 jun. 2016

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993.

_____. Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. Ed. Ver. E atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. Ministério da Educação. In: Reuni. Disponível em:<<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni> último acesso em 17/06/2016 > último acesso em: 20/06/2016

Brasil. LDB : Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional : lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. Supervisão em Serviço Social. O supervisor, sua relação e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, Glaucia Maria de Oliveira; SANTOS, Andréa Catarina Brandão Batista dos. A formação profissional em tempos de contrarreforma universitária: desafios para o estágio curricular em Serviço Social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Juiz de Fora/MG, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução nº 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, DF: CFESS, 2008

_____. Meia Formação não garante um direito: o que você precisa saber sobre a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília, CFESS, 2011-2014.

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

DIAS, AntoniaEdilyanne Santos; LIMA, Rita de Cássia Clares. Processo de formação em Serviço Social: possibilidades e limitações do estágio supervisionado. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Natal/RN, 2014.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al. O estágio e as diretrizes curriculares para o curso de serviço social. VI Colóquio Internacional – Educação e Contemporaneidade. Sergipe, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_13/PDF/44.pdf Acesso em 04/06/2016.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo, v. 4, 2000.

HONORATO, Andreia Agda Silva. Formação e Exercício Profissional: questões diversas e adversas sobre limites, desafios e possibilidades do estágio supervisionado e da materialização do Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social. In: Congresso Nacional de Serviço Social. Águas de Lindoia/SP, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo : Cortez, 1992.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In CFESS e ABEPSS (Org). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1988

_____, Marilda Vilela. As dimensões Ético-Políticas e Teórico -Metodológicas no serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, A. E. **Serviço Social e Saúde, Formação e**

Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez Editora; Brasília < DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 3. ed. 2008.

JUNQUEIRA, Maiz Ramos; REILDEL, Tatiana; CUNHA, Fernanda Lanzarini da. Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional. In: Textos e Contextos (Porto Alegre), v. 13, n 12, p. 302-314, jul./dez. 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e exercício profissional. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2010.

_____, Alzira Maria Batista. O estágio supervisionado em serviço social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. Brasília (DF): Revista Temporalis, 2013, ano 13, n. 25, p. 63-90.

MACEDO, Alano do Carmo; SOUSA, Tatiana Raulino de; COSTA, Renata Gomes da; PINHEIRO, Paulo Wesley. Estágio supervisionado em Serviço Social no Brasil: incitando o debate. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Natal/RN, 2014.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 14, n. 43, p. 136-41, dez 1993.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Estágio Curricular e novas diretrizes curriculares: algumas preocupações. In: XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2010.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2005, nº 84.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete (Orgs). Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NUNES, Carla Alessandra da Silva. SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL: uma reflexão sobre a formação e o trabalho profissional. XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. ENPESS, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. In: Serviço Social e Sociedade, 2004. P 59-8. Ano xxv Nov./2004. Cortez.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva; CAPUTI, Leslie; ALMEIDA, Suênya Thatiane Souza. Política Nacional de Estágio em Serviço Social e resolução n 533/2008: estratégias de enfrentamento a precarização da formação profissional. In. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Águas de Lindóia/SP, 2013.

POLÍTICA Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Temporalis, Brasília, DF, v. 1, n. 17, jan.-jul. 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

REIDEL, Tatiana. **A indissociabilidade entre o projeto Ético-político e a formação em Serviço Social: uma materialização em xeque. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.**

SANTOS, Claudia Monica. Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas em Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen-Juris, 2010.

SANTOS, Cleusa. As diretrizes curriculares da ABEPSS: desafios atuais da supervisão para a concretização do perfil profissional. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010

SILVA, Luana Priscila F. da; SANTOS, YannesRomeika de Oliveira. A importância do estágio como elemento fundamental no processo da formação profissional do assistente social. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Natal/RN, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. Política de Estágio. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/comgrad/comissao-de-estagios/politica-de-estagios> Acesso em: 17/06/2016

_____. Plano de disciplina Tópicos em Serviço Social [.https://www1.ufrgs.br/PortalEnsino/PlanoDeEnsino/Visao/Visualizar.php](https://www1.ufrgs.br/PortalEnsino/PlanoDeEnsino/Visao/Visualizar.php) último acesso em 16/06

_____. Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/comgrad/comissao-de-estagios/politica-de-estagios> Acesso em: 04/06/2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio histórico da profissão.** IN Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, ABEPSS/CFESS, 2009.

_____, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. IN Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, ABEPSS/CFESS, 2009.

_____, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: CFESS-ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e política social, módulo 4. Brasília: UNB/CEAD, 2000.